

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	101
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	102
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	103
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	197.467
Preferenciais	0
Total	197.467
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	33.481.006	32.712.953
1.01	Ativo Circulante	10.452.998	9.110.880
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.361.639	1.112.302
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.001	2.968
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	3.001	2.968
1.01.02.02.01	Títulos disponíveis para venda	3.001	2.968
1.01.03	Contas a Receber	4.084.834	4.068.656
1.01.03.01	Clientes	4.002.906	3.781.247
1.01.03.01.01	Consumidores, revendedores e outros	3.479.563	3.293.518
1.01.03.01.03	Contas a receber acordos	523.343	487.729
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	81.928	287.409
1.01.04	Estoques	24.795	24.319
1.01.04.01	Almoxarifado	24.795	24.319
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.085.217	1.047.257
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.085.217	1.047.257
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	0	57.434
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	1.085.217	989.823
1.01.07	Despesas Antecipadas	80.704	68.176
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.812.808	2.787.202
1.01.08.03	Outros	3.812.808	2.787.202
1.01.08.03.03	Outros créditos	328.815	288.782
1.01.08.03.04	Ativo financeiro setorial	3.101.870	2.135.322
1.01.08.03.05	Serviços em curso	382.123	363.098
1.02	Ativo Não Circulante	23.028.008	23.602.073
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	18.983.832	19.478.924
1.02.01.04	Contas a Receber	38.796	40.786
1.02.01.04.01	Consumidores, revendedores e outros	23.868	23.868
1.02.01.04.02	Contas a receber - acordos	14.928	16.918
1.02.01.07	Tributos Diferidos	4.469.502	4.508.956
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.469.502	4.508.956
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	14.475.534	14.929.182
1.02.01.10.04	Depósitos vinculados	863.142	851.972
1.02.01.10.06	Outros tributos compensáveis	4.890.247	5.208.206
1.02.01.10.08	Ativo financeiro da concessão	6.621.635	6.317.532
1.02.01.10.09	Outros créditos	62.716	62.020
1.02.01.10.10	Ativo financeiro setorial	882.970	1.313.557
1.02.01.10.11	Ativo contratual (infraestrutura em construção)	1.048.953	1.050.779
1.02.01.10.12	Operação com instrumento derivativo	105.871	125.116
1.02.02	Investimentos	34.936	34.936
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	34.936	34.936
1.02.03	Imobilizado	219.811	263.349
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	219.811	263.349
1.02.03.01.01	Ativo de direito de uso	219.811	263.349
1.02.04	Intangível	3.789.429	3.824.864
1.02.04.01	Intangíveis	3.789.429	3.824.864

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.789.429	3.824.864

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	33.481.006	32.712.953
2.01	Passivo Circulante	9.718.290	9.020.280
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	142.996	118.882
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	142.996	118.882
2.01.02	Fornecedores	2.042.912	3.074.669
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.042.912	3.074.669
2.01.03	Obrigações Fiscais	664.510	608.834
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	176.056	99.071
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	64.808	0
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	111.248	99.071
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	486.108	506.140
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.346	3.623
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.504.918	805.528
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	714.250	44.048
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	707.475	41.215
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	6.775	2.833
2.01.04.02	Debêntures	790.668	761.480
2.01.05	Outras Obrigações	5.163.397	4.226.277
2.01.05.02	Outros	5.163.397	4.226.277
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	576.116	576.116
2.01.05.02.04	Subvenções Governamentais	1.542	1.756
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	609.799	496.308
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	526.837	673.066
2.01.05.02.09	Passivo financeiro setorial	1.913.198	1.179.784
2.01.05.02.10	Reserva de Reversão	7.343	7.342
2.01.05.02.11	Obrigações com Benefícios pós-emprego	11.834	11.834
2.01.05.02.12	Contas a pagar - acordo Eletrobras	385.183	375.145
2.01.05.02.13	Obrigações por arrendamento	46.326	50.327
2.01.05.02.14	Operação com instrumento derivativo	67.033	40.459
2.01.05.02.15	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	1.018.186	814.140
2.01.06	Provisões	199.557	186.090
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	196.776	183.412
2.01.06.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	196.776	183.412
2.01.06.02	Outras Provisões	2.781	2.678
2.01.06.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	2.781	2.678
2.02	Passivo Não Circulante	21.093.110	21.314.369
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.827.685	6.072.628
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.216.344	2.496.323
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	608.546	2.496.323
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.607.798	0
2.02.01.02	Debêntures	3.611.341	3.576.305
2.02.02	Outras Obrigações	14.347.437	14.347.196
2.02.02.02	Outros	14.347.437	14.347.196
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	606	904
2.02.02.02.07	Obrigações com Benefícios pós-emprego	6.582.257	6.654.672
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	112.030	102.319

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.02.02.02.11	Reserva de Reversão	27.535	29.371
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	90.997	110.695
2.02.02.02.13	Passivo financeiro setorial	470.756	485.355
2.02.02.02.14	Contas a pagar - acordo Eletrobras	373.510	363.777
2.02.02.02.15	Obrigações por arrendamentos	184.983	229.735
2.02.02.02.16	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	6.176.273	6.326.144
2.02.02.02.17	Operação com instrumento derivativo	328.490	44.224
2.02.04	Provisões	917.988	894.545
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	915.540	892.097
2.02.04.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	915.540	892.097
2.02.04.02	Outras Provisões	2.448	2.448
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	2.448	2.448
2.03	Patrimônio Líquido	2.669.606	2.378.304
2.03.01	Capital Social Realizado	3.079.525	3.079.525
2.03.02	Reservas de Capital	2.268.430	2.268.430
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.267.883	2.267.883
2.03.02.07	Outras reservas	547	547
2.03.04	Reservas de Lucros	1.067.544	1.067.544
2.03.04.01	Reserva Legal	196.766	196.766
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	870.778	870.778
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	343.491	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	661.346	677.668
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-4.750.730	-4.714.863

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.567.263	4.332.453
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.517.673	-3.744.149
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-1.696.814	-3.744.149
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	-109.682	-2.012.065
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-916.144	-66.070
3.02.07	Pessoal e Administradores	-106.112	-733.630
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-1.201	-242.445
3.02.09	Serviços de Terceiros	-185.036	-1.299
3.02.10	Material	-6.303	-183.745
3.02.11	Custo de Construção	-301.681	-13.575
3.02.12	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Líquida	0	-277.075
3.02.13	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	-5.542	0
3.02.16	Depreciação e Amortização	-139.007	-4.888,06433
3.02.17	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-50.151	-131.119,4836
3.03	Resultado Bruto	1.049.590	-78.236,85368
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-223.663	-164.742
3.04.01	Despesas com Vendas	-118.411	-110.708
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-151.253	-107.965
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	46.001	53.931
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	825.927	423.562
3.06	Resultado Financeiro	-331.441	-215.037
3.06.01	Receitas Financeiras	134.775	140.111
3.06.02	Despesas Financeiras	-466.216	-355.148
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-467.232	-354.829
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	1.016	-319
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	494.486	208.525
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-167.318	-71.988
3.08.01	Corrente	-103.246	-7.959
3.08.02	Diferido	-64.072	-64.029
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	327.168	136.537
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	327.168	136.537
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,65682	0,69144

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	327.168	136.537
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-35.866	-7.568
4.02.06	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-54.341	-11.467
4.02.07	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	18.475	3.899
4.03	Resultado Abrangente do Período	291.302	128.969

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-44.719	-456.688
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	995.531	751.747
6.01.01.01	Lucro líquido do período	327.168	136.537
6.01.01.02	Depreciação e amortização	182.328	172.190
6.01.01.03	Variações cambiais - instrumento derivativo	282.697	-98.575
6.01.01.05	Variações monetárias	12.038	-791
6.01.01.06	Atualização do ativo financeiro da concessão	-149.402	-107.782
6.01.01.07	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	69.406	110.954
6.01.01.08	Provisões para processos judiciais e outros riscos	25.470	112.945
6.01.01.09	Atualização Acordo Eletrobras	19.771	7.663
6.01.01.10	Custo de empréstimos e debêntures (encargos e variação cambial de dívidas)	-124.357	165.918
6.01.01.11	Benefícios pós-emprego	149.968	118.955
6.01.01.12	Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	-135	-82
6.01.01.13	Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	16.949	9.915
6.01.01.14	Tributos e contribuições sociais diferidos	57.929	64.029
6.01.01.16	Juros sobre obrigações de arrendamento	3.475	4.349
6.01.01.17	Juros sobre operação com instrumento derivativo	65.453	-862
6.01.01.18	Ajuste a valor de mercado instrumento derivativo	7.768	56.384
6.01.01.19	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	49.005	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-692.164	-998.053
6.01.02.01	Consumidores, revendedores e outros	-288.992	-120.022
6.01.02.02	Contas a receber - acordos	-44.184	-6.649
6.01.02.03	Almoxarifado	-476	327
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	30.433	437
6.01.02.05	Outros tributos compensáveis	222.565	159.322
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-12.528	-33.478
6.01.02.07	Créditos a receber - subvenção e outros	205.481	0
6.01.02.08	Outros créditos	-43.527	-47.197
6.01.02.09	Ativo financeiro setorial	-535.961	-398.499
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	24.114	23.228
6.01.02.11	Fornecedores	-1.046.914	-615.240
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social a pagar	64.808	7.960
6.01.02.13	Outros tributos a pagar	19.152	-27.369
6.01.02.14	Passivo financeiro setorial	718.815	17.968
6.01.02.15	Serviços em curso	-19.025	-19.062
6.01.02.16	Encargos setoriais	127.664	29.922
6.01.02.19	Outras obrigações	-167.764	11.786
6.01.02.20	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	54.175	18.513
6.01.03	Outros	-348.086	-210.382
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	-64.834	-24.681
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-1.257	-12.751
6.01.03.03	Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-222.383	-134.892
6.01.03.04	Pagamento de processos judiciais e outros	-14.912	-29.626

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01.03.05	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	-1	-792
6.01.03.06	Pagamento de juros de obrigações por arrendamento financeiro	-4.354	-4.349
6.01.03.07	Pagamento de juros de operações com derivativo	-40.345	-3.291
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-334.751	-226.498
6.02.01	Adições para ativo contratual e intangível da concessão	-346.377	-251.970
6.02.02	Consumidores participação financeira	54.802	18.917
6.02.03	Aplicações em investimento de curto prazo	110	-34.123
6.02.04	Resgates de investimento de curto prazo	-33	35.062
6.02.05	Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	-40.148	-12.960
6.02.07	Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	-3.105	18.576
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	628.807	-604.445
6.03.01	Ingresso de novos empréstimos e debêntures	657.325	250.000
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-3.656	-733.171
6.03.03	Custo de empréstimos e Debêntures (custos de transação e prêmios)	-10.541	0
6.03.04	Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	0	-19.986
6.03.07	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	0	-171.137
6.03.08	Amortizações de operação com instrumento derivativo	0	69.849
6.03.10	Pagamento de obrigações por arrendamento	-14.321	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	249.337	-1.287.631
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.112.302	2.095.811
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.361.639	808.180

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.079.525	2.268.430	1.067.544	0	-4.037.195	2.378.304
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.079.525	2.268.430	1.067.544	0	-4.037.195	2.378.304
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	327.168	-35.866	291.302
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	327.168	0	327.168
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-35.866	-35.866
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	16.323	-16.323	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	24.731	-24.731	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-8.408	8.408	0
5.07	Saldos Finais	3.079.525	2.268.430	1.067.544	343.491	-4.089.385	2.669.606

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.079.525	2.268.430	1.127.726	0	-3.776.643	2.699.038
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.079.525	2.268.430	1.127.726	0	-3.776.643	2.699.038
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-171.137	0	0	-171.137
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-171.137	0	0	-171.137
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	136.537	-7.568	128.969
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	136.537	0	136.537
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.568	-7.568
5.05.02.10	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-11.467	-11.467
5.05.02.11	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	3.899	3.899
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	17.005	-17.005	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	25.765	-25.765	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-8.760	8.760	0
5.07	Saldos Finais	3.079.525	2.268.430	956.589	153.542	-3.801.216	2.656.870

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	8.277.225	6.550.381
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.888.646	2.544.803
7.01.02	Outras Receitas	4.205.309	3.839.211
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	301.681	277.075
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-118.411	-110.708
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.535.118	-3.607.012
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.985.940	-3.085.609
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-516.673	-494.009
7.02.04	Outros	-32.505	-27.394
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.742.107	2.943.369
7.04	Retenções	-189.488	-172.189
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-189.488	-172.189
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.552.619	2.771.180
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	134.775	140.111
7.06.02	Receitas Financeiras	134.775	140.111
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.687.394	2.911.291
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.687.394	2.911.291
7.08.01	Pessoal	142.987	268.870
7.08.01.01	Remuneração Direta	97.161	212.462
7.08.01.02	Benefícios	38.221	46.935
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.605	9.473
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.752.140	2.143.305
7.08.02.01	Federais	2.443.410	1.102.727
7.08.02.02	Estaduais	1.300.670	1.035.139
7.08.02.03	Municipais	8.060	5.439
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	465.099	362.579
7.08.03.01	Juros	466.216	354.814
7.08.03.02	Aluguéis	-1.117	7.765
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	327.168	136.537
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	327.168	136.537

Comentário do Desempenho

Comentários de Desempenho

1T22

Enel Distribuição São Paulo
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

28 de abril de 2022

Relações com Investidores

<http://ri.eneldistribuicaosp.com.br/> | brasil.investorrelations@enel.com



Comentário do Desempenho

São Paulo, 28 de abril de 2022 – Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo (“ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO”), distribuidora de energia elétrica que atende 24 municípios paulistas (18 milhões de habitantes) divulga seus resultados do primeiro trimestre (“1T22”) de 2022. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

1 DESTAQUES

DESTAQUES NO PERÍODO

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)	10.282	10.356	-0,7%	10.247	0,3%
Receita Bruta (R\$ mil)	8.395.636	6.661.089	26,0%	9.299.939	-9,7%
Receita Líquida (R\$ mil)	4.567.263	4.332.453	5,4%	5.756.756	-20,7%
EBITDA (R\$ mil)	1.004.649	585.259	71,7%	976.948	2,8%
Margem EBITDA (%)	22,0%	13,5%	8,5 p.p.	17,0%	5 p.p.
Margem EBITDA ex-Receita de Construção (%)	23,6%	14,4%	9,1 p.p.	18,9%	4,7 p.p.
EBIT (R\$ mil)	825.927	423.562	95,0%	794.224	4,0%
Margem EBIT (%)	18,1%	9,8%	8,3 p.p.	13,8%	4,3 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	327.168	136.537	>100,0%	441.093	-25,8%
Margem Líquida (%)	7,2%	3,2%	4 p.p.	7,7%	-6,5%
Margem Líquida ex-Receita de Construção (%)	7,7%	3,4%	4,3 p.p.	8,5%	-10,1%
CAPEX (R\$ mil)	356.555	253.041	40,9%	539.602	-33,9%
DEC - horas (12 meses)	6,82	7,64	-10,7%	6,77	0,7%
FEC - vezes (12 meses)	3,72	3,92	-5,1%	3,63	2,5%
Índice de Arrecadação (YTD)	100,09%	99,41%	0,7 p.p.	100,28%	-0,2 p.p.
Perdas de Energia (12 meses)	10,50%	11,10%	-0,6 p.p.	10,31%	0,2 p.p.
Nº de Consumidores (2)	7.596.880	7.404.400	2,6%	7.580.833	0,2%
Nº de Colaboradores Próprios (3)	4.372	5.500	-20,5%	4.441	-1,6%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	610	551	10,8%	586	4,1%
PMSO (4) /Consumidor	260,1	72,2	>100,0%	328,2	-20,7%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	451	559	-19,3%	434	3,9%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	16.848	13.239	27,3%	17.475	-3,6%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21 | (2) Unidades Faturadas | (3) Número total excluindo menores aprendizes, estagiários e conselheiros | (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

2 PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

DADOS GERAIS

	1T22	1T21	Var. %
Área de Concessão (Km ²)	4.526	4.526	0,0%
Municípios (Qtde.)	24	24	0,0%
Habitantes (Qtde.) (1)	18.358.448	18.292.233	0,4%
Consumidores (Unid.)	7.596.880	7.404.400	2,6%
Linhas de Distribuição (Km)	44.196	44.051	0,3%
Linhas de Transmissão (Km)	1.838	1.835	0,2%
Subestações (Unid.)	162	162	0,0%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	40.809	39.188	4,1%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	8,73%	8,51%	0,2 p.p.
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	8,15%	8,23%	-0,1 p.p.

(1) Para ambos os trimestres foi utilizado o censo IBGE 2010 com projeção de população oficial

(2) Estimativa do número de Consumidores Brasil de acordo com ABRADDEE

(3) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE

- 1 Pirapora do Bom Jesus
- 2 Cajamar
- 3 Santana de Parnaíba
- 4 Barueri
- 5 Osasco
- 6 Carapicuíba
- 7 Jandira
- 8 Itapevi
- 9 Vargem Grande Paulista
- 10 Cotia
- 11 Taboão da Serra
- 12 Embu das Artes
- 13 Itapeverica da Serra
- 14 São Lourenço da Serra
- 15 Embu-Guaçu
- 16 Juquitiba
- 17 São Paulo
- 18 Diadema
- 19 São Caetano do Sul
- 20 São Bernardo do Campo
- 21 Santo André
- 22 Rio Grande da Serra
- 23 Ribeirão Pires
- 24 Mauá



A Enel Distribuição São Paulo é a maior distribuidora de energia elétrica do Brasil em volume de energia vendida, com presença em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiro do país. A área de concessão, de 4.526 km², conta com 1.665 unidades consumidoras faturadas por km².



Comentário do Desempenho

comercial e industrial, com aumento de 23,8% e 14,1%, respectivamente, reflexo da migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre.

Venda de Energia na Área de Concessão¹

A venda de energia na área de concessão da Enel Distribuição São Paulo, conforme demonstrado na tabela a seguir, encerrou o 1T22 em 10.282 GWh, queda de 0,7% em relação ao 1T21.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Mercado Cativo	7.135	7.294	-2,2%	7.122	0,2%
Cientes Livres	3.147	3.062	2,8%	3.125	0,7%
Total - Venda e Transporte de Energia	10.282	10.356	-0,7%	10.247	0,3%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21

Mercado Cativo

O mercado cativo somou 7.135 GWh no 1T22, o que correspondeu a uma redução de 2,2% comparado ao 1T21 devido as temperaturas menores registradas no período e pelo retorno às atividades fora de casa.

A classe residencial apresentou no 1T22 uma redução de 2,6% vis-à-vis o 1T21. Justificado principalmente pelo retorno ao trabalho com o final das medidas mais restritivas de combate ao Covid 19.

Já na classe industrial, a redução de 6,5% no 1T22 é resultado do cenário macroeconômico nacional que se tem demonstrado desafiador, com juros crescentes e dificuldades na cadeia de produção, principalmente automotiva e alimentícia, além do efeito da migração destes clientes para o mercado livre.

A classe comercial registrou uma melhora no 1T22 vis-à-vis o 1T21 em decorrência da reabertura dos estabelecimentos e retomada das atividades fora de casa.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWh)

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Residencial	4.075	4.185	-2,6%	4.015	1,5%
Industrial	487	521	-6,5%	535	-9,0%
Comercial	2.081	2.068	0,6%	1.976	5,3%
Rural	8	7	12,8%	8	2,8%
Setor Público	484	513	-5,6%	589	-17,8%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	7.135	7.294	-2,2%	7.122	0,2%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWh/CONSUMIDOR)

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Residencial	571	602	-5,2%	563	1,3%
Industrial	19.700	20.768	-5,1%	21.506	-8,4%
Comercial	5.131	5.155	-0,5%	4.865	5,5%
Rural	14.196	12.433	14,2%	13.547	4,8%
Setor Público	24.795	26.091	-5,0%	30.279	-18,1%
Total - Venda per Capita no Mercado Cativo	940	985	-4,6%	940	0,0%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21

Cientes Livres

O mercado faturado dos clientes livres foi de 3.147 GWh no 1T22, um aumento de 2,8% quando comparado ao 1T21, justificado pela retomada da economia e pela migração de clientes do mercado cativo.

¹ Não Inclui Consumo Próprio



Comentário do Desempenho

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh)

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Industrial	1.337	1.382	-3,3%	1.435	-6,9%
Comercial	1.406	1.270	10,7%	1.296	8,5%
Setor Público	404	410	-1,5%	394	2,7%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres	3.147	3.062	2,8%	3.125	0,7%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh/CONSUMIDOR)

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Industrial	2.038	2.403	-15,2%	2.313	-11,9%
Comercial	635	710	-10,6%	613	3,6%
Setor Público (3)	7.623	7.885	-3,3%	6.814	11,9%
Média - Transporte per Capita para Clientes Livres	1.074	1.045	2,8%	1.153	-6,8%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21

Compra de Energia

FONTES DE COMPRA DE ENERGIA (GWh)

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Itaipu	1.845	1.915	-3,6%	1.956	-5,6%
Leilão (2)	6.903	7.047	-2,0%	6.334	9,0%
Angra 1 e 2	347	365	-4,9%	373	-6,9%
Proinfa	154	156	-1,8%	203	-24,3%
Total - Compra de Energia	9.249	9.482	-2,5%	8.866	4,3%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21 | (2) Inclui Leilão CCEAR, Compra CCEE e Quotas de garantia física

BALANÇO DE ENERGIA (GWh)

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Energia Consumida (GWh)	10.282	10.356	-0,7%	10.247	0,3%
Residencial	4.075	4.185	-2,6%	4.015	1,5%
Industrial	487	521	-6,5%	535	-9,0%
Comercial	2.081	2.068	0,6%	1.976	5,3%
Rural	8	7	12,8%	8	2,8%
Setor público	484	513	-5,6%	589	-17,8%
Clientes Livres	3.147	3.062	2,8%	3.125	0,7%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (GWh)	1.579	1.265	24,8%	1.164	35,6%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (%)	13,21%	10,60%	2,6 p.p.	10,15%	3,1 p.p.

(1) Variação entre 1T22 e 4T21

Indicadores Operacionais

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE

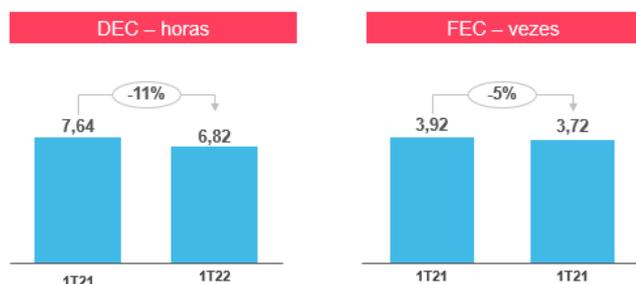
	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
DEC - horas (12 meses)	6,82	7,64	-10,7%	6,77	0,7%
FEC - vezes (12 meses)	3,72	3,92	-5,1%	3,63	2,5%
Perdas de Energia (12 meses) (%)	10,50%	11,10%	-0,6 p.p.	10,31%	0,2 p.p.
Índice de Arrecadação (YTD) (%)	100,09%	99,41%	0,7 p.p.	100,28%	-0,2 p.p.
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	610	551	10,8%	586	4,1%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	451	559	-19,3%	434	3,9%
PMSO (2) / Consumidor	260,1	72,2	>100,0%	328,2	-20,7%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	16.848	13.239	27,3%	17.475	-3,6%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21 | (2) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros



Comentário do Desempenho

Qualidade do Fornecimento

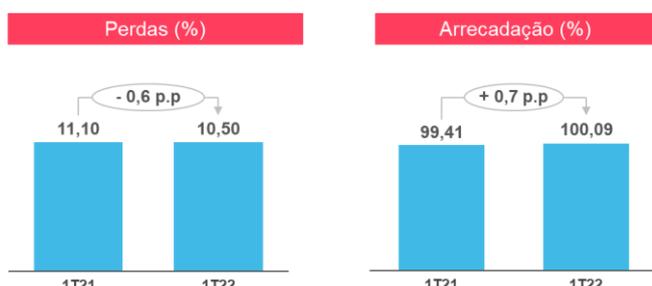


Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – 12 meses) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – 12 meses) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

No 1T22, os indicadores DEC apresentaram uma queda de 11% em relação ao 1T21. Embora esses indicadores tenham sido fortemente impactados pela

pandemia do Covid-19, com redução do contingente operacional e impacto na cadeia de suprimento logístico, principalmente em razão de atraso nas entregas de materiais e equipamentos, o 1T22 já refletiu os investimentos em tecnologia de rede focados em automação, como o aumento de religadores telecomandados e automatizados para o restabelecimento de energia, intensificação das ações de manutenção da rede e podas de árvore, além do desenvolvimento de equipes multitarefas. Adicionalmente, a Companhia incrementou os recursos de atendimento emergencial com equipes adicionais para suprir a redução das equipes de campo. Apesar disso, destaca-se que os indicadores de qualidade da Companhia encontram-se abaixo da meta regulatória estipulada pela ANEEL considerando os últimos doze meses até março de 2022.

Disciplina de Mercado (Perdas)²



O percentual de perdas é a taxa obtida através da divisão da diferença entre a energia medida na fronteira e a energia faturada dos clientes, pelo total do suprimento de energia medido na fronteira nos últimos 12 meses.

As perdas totais apuradas nos últimos 12 meses foram de 10,50%³, sendo divididas entre perdas técnicas (5,06%) e não técnicas (5,46%). Em comparação ao 1T21, as perdas totais

apresentaram uma redução de 0,60 p.p. devido às ações do plano de perdas para controlarem o aumento da agressividade decorrentes do COVID19.

Um dos principais motivos de não haver uma redução maior de perdas é decorrente a um cenário de pandemia do Covid-19 e da crise hídrica, pois se trata de uma situação bastante adversa na economia de mercado com um elevado índice de desemprego, aumento da inflação, redução da renda média do empregado e um aumento nas identificações das irregularidades. Como também, com o crescimento da energia injetada temos o incremento da parte de perdas técnicas e a adequação dos períodos de faturamento dos clientes de média e alta tensão para o período civil de cada mês, a fim de atender a resolução 863/ANEEL.

Dentre as principais ações promovidas para a redução de perdas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) Inspeções de fraude: tem por objetivo identificar instalações com erros de medição, seja por defeitos nos equipamentos ou por ações de terceiros forjando a medição. No 1T22 houve um incremento de 155% no número total de inspeções em comparação ao 1T21. (ii) Programa de recuperação de instalações cortadas: tem por objetivo recuperar as instalações de clientes cortados por inadimplência e que, ao não efetuarem a quitação dos débitos pendentes, passam a consumir energia de forma irregular. O incremento de instalações Cortadas/Autoreligadas que foram recuperadas no 1T22 é 118% acima do realizado em 1T21. (iii) Regularização de ligações informais (clandestinas): Tem por objetivo transformar consumidores clandestinos em clientes regulares. No 1T22 o número de instalações regularizadas diminuiu em 41% em

² Perdas Técnicas: Valores calculados pela Companhia para torná-los comparáveis ao referencial para perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão determinado pela ANEEL. Referência Aneel: Referência de perdas para o ano regulatório normalizada para o ano civil.

³ Nota: A partir do 4T21, a metodologia de apuração de Perdas foi adequada aos padrões da Aneel, retroagindo seu efeito a partir de dezembro de 2020.



Comentário do Desempenho

relação ao realizado em 1T21, devido principalmente ao aumento de ligações em áreas invadidas com proteção ambiental e a dificuldade na liberação das áreas com poder público.

Arrecadação

O índice de arrecadação da companhia atingiu 100,09% no 1T22 contra 99,41% no mesmo período do ano anterior, representando um aumento de 0,7 p.p, devido ao aumento de arrecadação com cobranças administrativas, resultado das ações adotadas pela Companhia para reduzir os níveis de inadimplência. Além disso, a Companhia tem atuado no sentido de mitigar os impactos da Resolução Normativa 878/20 da ANEEL, que suspendeu temporariamente os cortes de energia, medida mais efetiva no combate a inadimplência, para a classe residencial e atividades consideradas essenciais. Para tal, foram realizadas ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar valores em aberto.

4

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL)

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Receita Operacional Bruta	8.395.636	6.661.089	26,0%	9.299.939	-9,7%
Deduções à Receita Operacional	(3.828.373)	(2.328.636)	64,4%	(3.543.183)	8,0%
Receita Operacional Líquida	4.567.263	4.332.453	5,4%	5.756.756	-20,7%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais (2)	(3.260.933)	(3.470.119)	-6,0%	(4.192.506)	-22,2%
EBITDA	1.004.649	585.259	71,7%	976.948	2,8%
Margem EBITDA	22,0%	13,5%	62,8%	17,0%	29,6%
EBIT	825.927	423.562	95,0%	794.224	4,0%
Margem EBIT	18,1%	9,8%	85,0%	13,8%	31,1%
Resultado Financeiro	(331.441)	(215.037)	54,1%	(262.873)	26,1%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(167.318)	(71.988)	132,4%	(90.258)	85,4%
Lucro (Prejuízo) Líquido	327.168	136.537	>100,0%	441.093	-25,8%
Margem Líquida	7,2%	3,2%	127,3%	7,7%	-6,5%
Margem Líquida ex-Receita de Construção	7,7%	3,4%	127,8%	8,5%	-10,1%
Lucro (Prejuízo) por Ação (R\$/ação)	1,66	0,69	>100,0%	2,23	-0,26

(1) Variação entre 1T22 e 4T21 | (2) Não considera custo de construção, depreciação e amortização

Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	3.888.563	2.544.803	52,8%	3.851.577	1,0%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Livre)	538.845	515.406	4,5%	542.562	-0,7%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Cativo)	2.517.567	2.408.192	4,5%	2.463.533	2,2%
(-) DIC / FIC / DMIC / DICRI	(20.962)	(25.230)	-16,9%	(15.922)	31,7%
Receita de Construção	301.681	277.075	8,9%	587.303	-48,6%
Outras Receitas Originadas de Contratos com Clientes	195.838	207.537	-5,6%	252.047	-22,3%
Total - Outras Receitas Originadas com Clientes	3.532.969	3.382.980	4,4%	3.829.523	-7,7%
Subvenção de Recursos da CDE	134.355	122.740	9,5%	134.045	0,2%
Ativo Financeiro Setorial, Líquido	690.347	502.784	37,3%	1.309.627	-47,3%
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	149.402	107.782	38,6%	175.167	-14,7%
Total - Outras Receitas	974.104	733.306	32,8%	1.618.839	-39,8%
Total - Receita Operacional Bruta	8.395.636	6.661.089	26,0%	9.299.939	-9,7%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21

A receita operacional bruta da Enel Distribuição São Paulo totalizou R\$ 8,4 bilhões no 1T22, um aumento de 26% comparado ao 1T21. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, no 1T22, alcançou o montante de R\$ 8,1 bilhões, um aumento de R\$ 1,7 bilhão em relação ao 1T21, cujo montante foi de R\$ 6,4 bilhões. Este aumento é resultado, principalmente, dos seguintes efeitos:

- Aumento na rubrica de Fornecimento de energia em R\$ 1,3 bilhão devido a implementação da bandeira de escassez hídrica a partir do final de agosto de 2021 e o reajuste tarifário de 2021 vigente desde Julho de 2021;



Comentário do Desempenho

- Maior ativo e passivo financeiro setorial, em R\$ 188 milhões, devido, principalmente à maior constituição de ativo regulatório no período;
- Aumento de R\$ 133 milhões na receita pela disponibilidade do sistema – TUSD, incluindo os mercados cativo e livre, decorrentes do reajuste tarifário no período de 9,44%, sendo de parcela B o reajuste de 36,91%;
- Aumento de atualização do Ativo Financeiro da Concessão em R\$ 42 milhões, por conta do maior volume de investimentos realizados na área de concessão no período analisados.

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
ICMS	(1.298.786)	(1.032.509)	25,8%	(1.283.422)	1,2%
PIS	(94.934)	(84.121)	12,9%	(101.800)	-6,7%
COFINS	(437.824)	(387.531)	13,0%	(469.240)	-6,7%
ISS	(90)	(36)	150,0%	(91)	-1,1%
Total - Tributos	(1.831.634)	(1.504.197)	21,8%	(1.854.553)	-1,2%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(40.927)	(39.298)	4,1%	(49.059)	-16,6%
Encargo Setorial CDE (2)	(948.578)	(653.878)	45,1%	(637.030)	48,9%
TFSEE (3)	(7.087)	(4.977)	42,4%	(7.087)	0,0%
Encargos do consumidor - PROINFA	(30.173)	(25.865)	16,7%	(29.714)	1,5%
Encargos do consumidor - CCRBT (4)	(969.974)	(100.421)	>100,0%	(965.740)	0,4%
Total - Encargos Setoriais	(1.996.739)	(824.439)	>100,0%	(1.688.630)	-1,2%
Total - Deduções da Receita	(3.828.373)	(2.328.636)	64,4%	(3.543.183)	8,0%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21 | (2) Conta de Desenvolvimento Energético

(3) Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica | (4) Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifária

As deduções totalizaram R\$ 3,8 bilhões no 1T22, um incremento de 64,4%, ou R\$ 1,5 bilhão em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação é explicada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- Aumento de 21,8%, R\$ 327,4 milhões no total de tributos, principalmente nas linhas de ICMS e PIS/COFINS corrente, com aumentos de R\$ 266 milhões e R\$ 61 milhões, respectivamente;
- Aumento de R\$ 295 milhões nos encargos setoriais R\$870 milhões nos encargos do consumidor – CCRBT relacionado com as bandeiras tarifárias, cujo aumento deve-se pela implementação da bandeira de escassez hídrica a partir do final de agosto de 2021

Custos e Despesas operacionais

CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Parcela A					
Energia Elétrica Comprada para Revenda - inclui PROINFA	(1.806.496)	(2.078.135)	-13,1%	(2.343.997)	-22,9%
Encargos do Serviços dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(916.144)	(733.630)	24,9%	(1.230.180)	-25,5%
Total - Não Gerenciáveis	(2.722.640)	(2.811.765)	-3,2%	(3.574.177)	-23,8%
Despesas Operacionais					
Pessoal	(137.197)	(267.746)	-48,8%	(81.661)	68,0%
Previdência Privada	(1.534)	(1.588)	-3,4%	(2.202)	-30,3%
Serviços de Terceiros	(250.972)	(227.621)	10,3%	(232.970)	7,7%
Material	(3.920)	(13.471)	-70,9%	(5.494)	-28,7%
Depreciação e Amortização	(178.722)	(161.697)	10,5%	(182.724)	-2,2%
PECLD (2)	(69.406)	(47.905)	44,9%	(207.398)	-66,5%
Custo de Construção	(301.681)	(277.075)	8,9%	(587.303)	-48,6%
Provisão para processos judiciais e outros	(22.109)	(12.915)	71,2%	(16.381)	35,0%
Perda de recebíveis de clientes	(49.005)	(62.803)	-22,0%	(48.545)	0,9%
Receita de multas por impontualidade de clientes	33.871	27.286	24,1%	45.733	-25,9%
Outras receitas (despesas) operacionais	(38.021)	(51.591)	-26,3%	(69.410)	-45,2%
Total - Despesas Operacionais (3)	(538.293)	(658.354)	-18,2%	(618.329)	-12,9%
Total - Custos do Serviço e Despesas Operacionais (3)	(3.260.933)	(3.470.119)	-6,0%	(4.192.506)	-22,2%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21 | (2) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa | (3) Não considera Custo de Construção e Depreciação e Amortização

Os custos do serviço e despesas operacionais da Enel Distribuição São Paulo, excluindo depreciação, amortização e custo de construção, totalizaram R\$ 2,9 bilhões no 1T22, uma queda de R\$ 234 milhões em comparação com o 1T21. Esses efeitos são resultado principalmente, das seguintes variações:



Comentário do Desempenho

Queda nos custos e despesas não-gerenciáveis (Parcela A), de R\$ 89 milhões: Os custos não gerenciáveis totalizaram R\$ 2,7 bilhões no 1T22, uma queda de 3,2% em comparação ao 1T21 (R\$ 2,8 bilhões), justificado principalmente pela queda de energia comprada para revenda no valor de R\$ 272 milhões em razão da redução de custos com energia comprada de Itaipu, resultado da depreciação do dólar no 1T22 versus 1T21;

Queda no grupo de despesas operacionais (custos gerenciáveis), de R\$ 162 milhões no 1T22 em comparação ao 1T21, excluindo custo de construção e depreciação e amortização. Essa queda deve-se, principalmente ao:

- Redução de R\$ 130 milhões relacionadas à despesa com Pessoal, como reflexo da estratégia da Companhia na digitalização e eficientização dos processos e maior capitalização de mão de obra própria;
- Queda de R\$ 13,7 milhões relacionado à Perda de Recebíveis de Clientes;
- Queda de R\$ 13,5 milhões em outras receitas (despesas) operacionais;
- Queda de R\$ 9,5 milhões em despesas com material.

EBITDA

O EBITDA da Enel São Paulo no 1T22 atingiu o montante de R\$ 1,0 bilhão, o que representa um aumento de R\$ 419,4 milhões em relação ao 1T21. A margem EBITDA da Companhia no trimestre foi de 22,0%, um aumento de 8,5 p.p. em relação ao 1T21.

Segue abaixo a conciliação dos valores que compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, constantes das demonstrações contábeis da companhia, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	327.168	136.537	>100,0%	441.093	-25,8%
(+) Tributos sobre o Lucro	167.318	71.988	132,4%	90.258	85,4%
(+) Resultado Financeiro	331.441	215.037	54,1%	262.873	26,1%
(=) EBIT	825.927	423.562	95,0%	794.224	4,0%
(+) Depreciações e Amortizações	178.722	161.697	10,5%	182.724	-2,2%
(=) EBITDA	1.004.649	585.259	71,7%	976.948	2,8%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Renda de Aplicações Financeiras	9.982	3.263	205,9%	6.792	47,0%
Atualização Monetária sobre Contas de Energia Elétrica em Atraso	20.555	50.873	-59,6%	21.975	-6,5%
Subvenções governamentais	511	699	-26,9%	573	-10,8%
Atualização de Créditos Tributários	663	86	>100,0%	334	98,5%
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	16.035	4.682	>100,0%	10.471	53,1%
Atualização Monetária do Ativo e Passivo Financeiro Setorial	51.699	1.667	>100,0%	42.312	22,2%
Instrumentos Financeiros de hedge	17.146	24.139	-29,0%	43.645	-60,7%
Ajuste MTM Dívida	13.860	51.153	-72,9%	44.773	-69,0%
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros	1.556	218	>100,0%	(2.346)	<-100,0%
Outras Receitas Financeiras (incluindo partes relacionadas)	5.686	6.410	-11,3%	6.801	-16,4%
(-) PIS e Cofins sobre Receita Financeira	(2.918)	(3.079)	-5,2%	(3.667)	-20,4%
Total - Receitas Financeiras	134.775	140.111	-3,8%	171.663	-21,5%
Despesas Financeiras					
Encargo de Dívidas - Empréstimos, Debêntures e Mútuos	(128.991)	(41.950)	207,5%	(99.470)	29,7%
Variação monetária + Ajuste MTM - Dívida	(39.833)	(77.618)	-48,7%	(56.856)	-29,9%
Instrumentos Financeiros de hedge	(53.857)	(58.684)	-8,2%	(72.096)	-25,3%
Juros sobre Obrigações de Arrendamento Financeiro	(3.475)	(4.349)	-20,1%	(3.743)	-7,2%
Subvenções governamentais	(511)	(699)	-26,9%	(573)	-10,8%
Atualização Monetária - Incluindo P&D, Efic. Energ. e Energia Livre	(6.041)	(2.207)	>100,0%	(3.594)	68,1%
Juros Capitalizados Transferidos para o Intangível em Curso	10.256	1.072	>100,0%	12.395	-17,3%
Cartas Fiança e Seguros Garantia	(10.092)	(7.819)	29,1%	(7.798)	29,4%
Atualização Monetária de Processos Judiciais e Outros	(28.205)	(21.894)	28,8%	(34.662)	-18,6%
Atualização Acordo Eletrobras	(19.770)	(7.663)	>100,0%	(15.165)	30,4%
Custo dos Juros (líquidos) do Plano de Pensão	(148.487)	(117.182)	26,7%	(117.182)	26,7%
Comissão de fiança - partes relacionadas	(730)	(1.061)	-31,2%	(741)	-1,5%
Outras Despesas Financeiras	(37.496)	(14.775)	>100,0%	(37.096)	1,1%
Total - Despesas Financeiras	(467.232)	(354.829)	31,7%	(436.581)	7,0%
Variações Cambiais	1.016	(319)	<-100,0%	2.045	-50,3%
Variações cambiais - Empréstimos	282.698	(98.574)	<-100,0%	(55.531)	<-100,0%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	(282.697)	98.575	<-100,0%	57.880	<-100,0%
Outras Variações Cambiais	1.015	(320)	<-100,0%	(304)	<-100,0%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(331.441)	(215.037)	54,1%	(262.873)	26,1%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21



Comentário do Desempenho

O Resultado Financeiro da Companhia encerrou o 1T22 com uma despesa de R\$ 331,4 milhões, uma redução de R\$ 116,4 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação é explicada basicamente pelo aumento líquido de despesa em R\$ 87,4 milhões nas rubricas de dívida (Instrumento financeiro derivativo, Variação Monetária e Cambial de Dívidas e Encargos de dívidas e mútuos) em decorrência do aumento de R\$ 87,0 milhões nas despesas de encargos, ocasionada, principalmente pelo aumento do CDI no 1T22 comparado ao 1T21, somado à um aumento no volume de empréstimos contratados. Esse efeito foi parcialmente compensado pelo aumento de R\$ 50,0 milhões de receita com Atualização Monetária do Ativo e Passivo Financeiro Setorial.

Tributos (IR/CSLL)

TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(103.246)	(7.959)	>100,0%	(8.032)	>100,0%
Contribuição Social Diferida	(16.960)	(16.950)	0,1%	(21.765)	-22,1%
Imposto de Renda Diferido	(47.112)	(47.079)	0,1%	(60.461)	-22,1%
Total	(167.318)	(71.988)	132,4%	(90.258)	85,4%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21

No 1T22, as despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) totalizaram R\$ 167,3 milhões, um aumento de R\$ 95,3 milhões em relação ao 1T21, explicado pelo maior lucro tributável apurado no período.

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO (R\$ mil)

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Empréstimos, Financiamentos, Deb. E Derivativos	7.622.255	5.154.819	47,87%	6.837.725	11,47%
(-) Disponibilidades	(1.364.640)	(846.619)	61,19%	(1.115.269)	22,36%
Dívida Líquida	6.257.615	4.308.200	45,25%	5.722.455	9,35%
EBITDA (2)	3.544.447	2.754.941	28,66%	3.125.057	13,42%
Dívida Bruta/EBITDA	2,15	1,87	14,93%	2,19	-1,72%
Dívida Líquida/EBITDA	1,77	1,56	12,90%	1,83	-3,59%
Dívida Bruta/(Dívida Bruta + PL)	0,74	0,66	12,23%	0,74	-0,18%
Dívida Líquida/(Dívida Líquida + PL)	0,70	0,62	13,32%	0,71	-0,77%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21; (2) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

A Dívida Bruta⁴ da Companhia encerrou o 1T22 em R\$ 7.622 milhões, um aumento de R\$ 2.467 milhões em relação ao 1T21. Essa variação deve-se principalmente às novas captações no montante de R\$ 4.476 milhões, sendo R\$ 2.199 milhões referentes à empréstimos na modalidade de 4131 para capital de giro, R\$ 1.295 milhões referentes a emissão da 25^a e 26^a emissão de debêntures, R\$ 325 milhões referentes à 7^a emissão de notas promissórias e R\$ 657 milhões referentes à mútuos com a sua controladora Enel Brasil, realizados para reforço de capital de giro da Companhia, somados às provisões de encargos de R\$ 470 milhões e variação monetária no período no montante de R\$ 11 milhões. Estes efeitos foram parcialmente compensados por liquidações de dívidas no valor total de (R\$ 2.563) milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste de marcação à mercado relacionado aos SWAPS de dívidas vigentes no valor de R\$ 72 milhões e registrou custos de transação das operações vigentes, líquido das apropriações do período, no montante de R\$ 1 milhão.

Em relação às liquidações realizadas, destacam-se o encerramento do contrato da Fundação CESP (Vivest), no montante de R\$ 1.028 milhões em maio/2021, as liquidações de operações na modalidade de 4131 com SWAP com os bancos BNP e Citibank realizadas em abril e outubro/2021 no montante de R\$ 789 milhões e a liquidação da 1^a série da 23^a emissão de debêntures no montante de R\$ 704 milhões realizada em setembro/2021. Adicionalmente, a companhia liquidou juros relativos às emissões de debentures (23^a, 24^a e 25^a) no montante de R\$ 42 milhões.

⁴ Dívida Bruta corresponde ao somatório dos empréstimos, financiamentos, e debêntures de curto e longo prazo e saldo líquido do derivativo.

² Valores não auditados pelos auditores independentes.



Comentário do Desempenho

A Companhia encerrou o 1T22 com o custo médio da dívida no ano em 11,61% a.a.

Colchão de Liquidez⁵

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de março de 2022, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 80 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio dos Despachos N° 3.037/2018, no valor de até R\$ 2.000 milhões, e por meio do Despacho N° 647/2021, no valor de até R\$ 500 milhões, totalizando um montante de R\$ 2.500 milhões.

Índices Financeiros - Covenants

Conforme descrito na Nota Explicativa n° 14.7 das Demonstrações Contábeis referentes ao 1T22, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados com base em suas Informações Trimestrais e Demonstrações Contábeis Anuais, os quais foram atingidos em 31 de março de 2022. Segue abaixo o cálculo do *covenant* financeiro exigido nas emissões de debêntures (23^a, 24^a, 25^a e 26^a) e na 7^a emissão de notas promissórias.

INDICADORES FINANCEIROS (R\$ mil)

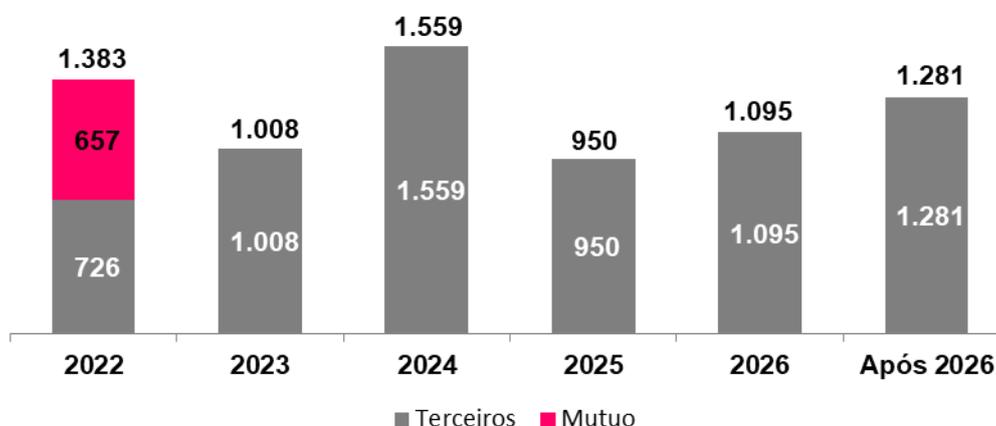
	1T22
Empréstimos, Financiamentos, Deb. e Derivativos	7.622.255
Fundo de Pensão	(539.527)
(-) Disponibilidades	(1.364.640)
Dívida Líquida	5.718.088
EBITDA (1) (12 meses)	3.544.447
(+)PDD	680.476
(+)Contingências	66.684
(+)Despesas com Entidade de Previdência Privada (últimos 12 meses)	6.582
(+) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	19.424
EBITDA (12 meses) - Ajustado 24^a Emissão	4.317.613
(-) Impacto arrendamento operacional (CPC 06 /IFRS 16)	(32.968)
(-) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	(19.424)
EBITDA (12 meses) - Ajustado 23^a Emissão	4.265.221

(1) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

Covenant Financeiro

Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 24 ^a , 25 ^a , 26 ^a Debênture e 7 ^a NP	1,32
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 23 ^a Debênture	1,34

Cronograma de Amortização (R\$ milhões)⁶



¹ Dívida Bruta corresponde ao somatório dos empréstimos, financiamentos, e debêntures de curto e longo prazo e saldo líquido do derivativo.

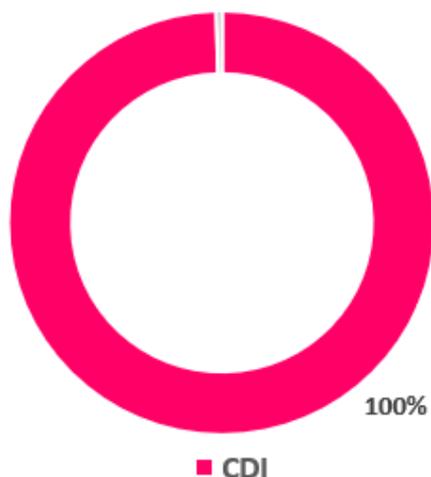
² Valores não auditados pelos auditores independentes.

³ Fluxo composto por amortização de principal e custos a amortizar.

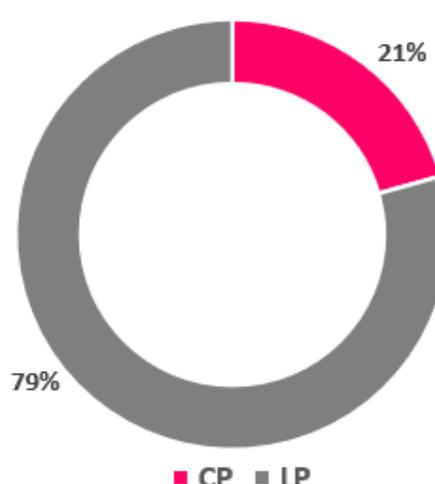


Comentário do Desempenho

Abertura da Dívida Bruta – Indexadores⁷



Abertura da Dívida Bruta– Curto/Longo Prazo⁸



Classificação de Riscos (Rating)⁹

Em 09 de setembro de 2021, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Rating da Companhia⁸

Escala	Ratings	Nacional	Perspectiva
	Fitch	AAA	Estável
Moody's	Aaa	Estável	

Últimas atualizações: Fitch Set/2021 – Moody's Set/2020

Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Manutenção	202.373	133.719	51,3%	267.759	-24,4%
Crescimento	66.658	70.061	-4,9%	159.612	-58,2%
Novas Conexões	72.234	43.949	64,4%	98.769	-26,9%
Financiado pela Companhia	341.265	247.729	37,8%	526.139	-35,1%
Financiado pelo Cliente	15.291	5.312	187,8%	13.463	13,6%
Total	356.555	253.041	40,9%	539.602	-33,9%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21

⁴ Não considera previdência.

⁵ Não considera previdência.

⁶ Quadro considera ratings válidos em 31 de dezembro de 2021



Comentário do Desempenho

No 1T22, a Companhia investiu R\$ 356,6 milhões, montante 40,9% superior ao registrado no 1T21, alocados, em atividades de manutenção, crescimento e novas conexões. Do total investido, R\$ 341,3 milhões foram realizados com recursos próprios e R\$ 15,3 milhões correspondem a projetos financiados pelos clientes.

Para manutenção, foram investidos R\$ 202,4 milhões, 51,3% superior ao investido no 1T21, R\$ 68,7 milhões. Na parte de crescimento foram investidos R\$ 66,7 milhões, 4,9% inferior ao investido no 1T21, R\$ 3,4 milhões. Nas novas conexões foram investidos R\$ 72,2 milhões, 64,4% superior ao investido no 1T21, R\$ 28,3 milhões. E para projetos financiados pelos clientes foram investidos R\$ 15,3 milhões, 187,8% acima do valor investido no 1T21, R\$ 10,0 milhões.

5 OUTROS TEMAS

Reajuste Tarifário Anual 2021

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 29 de junho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2021.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +9,60% composto por reajuste econômico de +11,41% e componente financeiro de -1,81%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +9,44%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário	
Encargos Setoriais	3,68%
Energia Comprada	0,92%
Encargos de Transmissão	-2,26%
Parcela A	2,34%
Parcela B	9,07%
Reajuste Econômico	11,41%
CVA Total	8,14%
Mecanismos de mitigação tarifária	-10,63%
Reversão Conta Covid	-0,59%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	1,27%
Reajuste Financeiro	-1,81%
Reajuste Total	9,60%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-0,17%
Efeito para o consumidor	9,44%

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em 3,11%, representando 2,34% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- **Encargos Setoriais:** R\$ 3.640 milhões. Um aumento de 20,48%, representando 3,68% no reajuste econômico em função, principalmente, do aumento de 42,38% do encargo com a Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE;
- **Energia Comprada:** R\$ 7.674 milhões. O aumento de 2,07% decorre principalmente do aumento dos custos de Itaipu e dos contratos por disponibilidade de energia nova. O aumento do custo de compra de energia representa 0,92% no reajuste econômico; e
- **Encargos de Transmissão:** R\$ 1.767 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de -17,7%, correspondendo a um efeito de -2,26% no reajuste econômico. Destaca-se o reflexo do reperfilamento da remuneração dos ativos não depreciados referente a Rede Básica de Sistema



Comentário do Desempenho

Existente (RBSE) nas Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão e as novas Receitas Anuais Permitidas das concessionárias de transmissão.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 36,91%, representando uma participação de 9,07% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 36,65%, no período de 12 meses findos em junho de 2021; e
- Fator X de -0,25 %, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,77%, previamente definido na 5ª Revisão Tarifária Periódica (“5RTP”) para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel SP;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de 1,05%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -2,07%, previamente definido na 5RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel SP.

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de -R\$ 304,59 milhões, dentre os quais destacamos R\$ 1.369 milhões positivos referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”), Neutralidade de Encargos Setoriais e da Parcela A de R\$ 18,80 milhões, Sobrecontratação de R\$ 114,11 milhões e Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 832,64 milhões. Por fim, vale destacar que foi considerado um financeiro negativo relativo à conta Covid de -R\$ 98,75 milhões, um valor adiantado de devolução do crédito tributário de alteração da base de cálculo do PIS/COFINS de R\$ 1,1 bilhão e um valor de diferimento da Parcela B de R\$ 280 milhões.

O reajuste tarifário médio de +9,44% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	3,67%
Baixa Tensão	11,38%
Efeito Médio	9,44%

Bandeiras Tarifárias

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- Bandeira verde: a tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: acréscimo de R\$ 18,74/MWh;
- Bandeira vermelha: Patamar 1: acréscimo de R\$ 39,71/MWh, Patamar 2: acréscimo de R\$ 94,92/MWh

Em maio de 2018, um novo critério de acionamento das bandeiras tarifárias entrou em vigor, decorrente da audiência pública nº 061/17, que discutiu a revisão da metodologia das bandeiras e dos valores de suas faixas de acionamento.

As bandeiras tarifárias que vigoraram no ano de 2019 e no 1º semestre de 2020, foram reflexo das condições hidrológicas da época.

Vale destacar que em função da pandemia causada pelo coronavírus, a ANEEL decidiu, por meio do Despacho nº 1.511/20, de 26 de maio de 2020, suspender, em caráter excepcional e temporário, a aplicação das Bandeiras Tarifárias e acionar a bandeira verde até 31 de dezembro de 2020.



Comentário do Desempenho

Contudo, diante de condições hidroenergéticas adversas, em 30 de novembro de 2020, por meio do Despacho nº 3.364/20, a ANEEL decidiu revogar o Despacho nº 1.511/20 e reativou o sistema das bandeiras tarifárias, que retornou sua vigência a partir de 1º de dezembro de 2020 com o acionamento da bandeira vermelha - patamar 2.

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL publicou o acionamento da bandeira amarela para os meses de jan21 a mar21. Com a piora do cenário hidrológico, a bandeira vermelha patamar 1 foi acionada em mai21 e em junho foi acionada a bandeira vermelha patamar 2.

O terceiro trimestre foi marcado pelo agravamento hidrológico do sistema elétrico brasileiro, nos meses de julho e agosto a bandeira vermelha patamar 2 ainda foi acionada. E além disso, em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuarão a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos (REH 2.888/21).

A Bandeira Escassez Hídrica possui vigência de setembro de 2021 a abril de 2022, a tarifa será acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As bandeiras tarifárias que vigoraram no ano de 2021 e no primeiro trimestre de 2022, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	213,42	136,72	127,36	92,88	203,88	251,84	583,88	583,88	Resolução CREG nº 3/2021 - Bandeira Escassez Hídrica			
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												
2022	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	Resolução CREG nº 3/2021 - Bandeira Escassez Hídrica											
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												

Sobrecontratação Involuntária

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias de 2016 e 2017, porém sem levar em consideração fatos extraordinários como a compra compulsória no leilão A-1 de 2015 e as ações de máximo esforço que a ENEL SP tem enveredado para limitar o seu nível de contratação. Diante desta decisão entramos com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.923, de 13 de outubro de 2020.

O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela Agência Reguladora.

Para o ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, um dos maiores impactos foi a redução do consumo de energia elétrica, agravando o cenário de sobrecontratação das distribuidoras. Diante deste fato, importante destacar que o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, classifica a redução de carga devido à COVID como involuntária. A ANEEL abriu a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 que dentre outros assuntos está



Comentário do Desempenho

avaliando a metodologia de cálculo da redução de carga devido ao COVID em 2020 para fins de aplicação da involuntariedade na sobrecontratação.

Conta Covid

Em 23 de junho de 2020, a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta Covid (Resolução Normativa nº885/2020). Tal regulamento estabelece os critérios do empréstimo de um conjunto de banco às distribuidoras, com o objetivo de garantir o fluxo de caixa das empresas neste período de pandemia e evitar reajustes tarifários elevados.

Para a Enel SP, o referido empréstimo é positivo, pois garante liquidez para o setor e alivia o impacto tarifário de 2020, pois os efeitos serão diluídos em 60 meses.

Em 19 de agosto, a ANEEL abriu a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/20, com o objetivo de regulamentar o Art 6º do Decreto 10.350/20, que trata da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão de distribuição, com prazo de contribuição até 05/10.

Em 16 de dezembro, a ANEEL, após avaliar as contribuições recebidas, decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia, com prazo de contribuição até 01 de fevereiro de 2021. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também discutiu a gradação do benefício do referido empréstimo, para alocação do spread bancário entre os consumidores e os distribuidores de energia elétrica, e a exposição involuntária devido à pandemia.

Em 23 de novembro de 2021, a ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 952 com as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia.

Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia e os critérios para ressarcimento aos consumidores dos custos associados à operação da Conta-Covid em 2020.

Ainda segundo tal regra, eventuais pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis, ocorrida por meio do Despacho ANEEL nº 539/2022.



Notas Explicativas

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93
Formulário de Informações Trimestrais
31 de março de 2022

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.03.2022	31.12.2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.361.639	1.112.302
Títulos e valores mobiliários	4	3.001	2.968
Consumidores, revendedores e outros	5	3.479.563	3.293.518
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	8	-	57.434
Outros tributos compensáveis	8	1.085.217	989.823
Contas a receber - acordos	6	523.343	487.729
Ativo financeiro setorial	11	3.101.870	2.135.322
Créditos a receber - subvenção e outros		81.928	287.409
Outros créditos		328.815	288.782
Almoxarifado		24.795	24.319
Serviços em curso		382.123	363.098
Despesas pagas antecipadamente		80.704	68.176
Total do ativo circulante		10.452.998	9.110.880
Ativo não circulante			
Consumidores, revendedores e outros	5	23.868	23.868
Ativo financeiro setorial	11	882.970	1.313.557
Instrumentos financeiros derivativos	31	105.871	125.116
Outros tributos compensáveis	8	4.890.247	5.208.206
Tributos diferidos	9	4.469.502	4.508.956
Depósitos vinculados	17	863.142	851.972
Contas a receber - acordos	6	14.928	16.918
Outros créditos		62.716	62.020
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	10.1	1.048.953	1.050.779
Ativo financeiro da concessão	10.2	6.621.635	6.317.532
Investimento		34.936	34.936
Imobilizado arrendado	15	219.811	263.349
Intangível	10.3	3.789.429	3.824.864
Total do ativo não circulante		23.028.008	23.602.073
Total do ativo		33.481.006	32.712.953

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.03.2022	31.12.2021
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	12	2.042.912	3.074.669
Empréstimos e financiamentos	14	714.250	44.048
Debêntures	14	790.668	761.480
Obrigações por arrendamentos	15	46.326	50.327
Subvenções governamentais		1.542	1.756
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	64.808	-
Outros tributos a pagar	13	599.702	608.834
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		576.116	576.116
Salários, provisões e encargos sociais		142.996	118.882
Encargos setoriais	18	609.799	496.308
Obrigações com benefícios pós-emprego	16	11.834	11.834
Contas a pagar - acordo Eletrobras	19	385.183	375.145
Provisões para processos judiciais e outros riscos	17	199.557	186.090
Reserva de reversão		7.343	7.342
Instrumentos financeiros derivativos	31	67.033	40.459
Outras obrigações		526.837	673.066
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	1.018.186	814.140
Passivo financeiro setorial	11	1.913.198	1.179.784
Total do passivo circulante		9.718.290	9.020.280
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	14	2.216.344	2.496.323
Debêntures	14	3.611.341	3.576.305
Obrigações por arrendamentos	15	184.983	229.735
Subvenções governamentais		606	904
Obrigações com benefícios pós-emprego	16	6.582.257	6.654.672
Contas a pagar - acordo Eletrobras	19	373.510	363.777
Provisões para processos judiciais e outros riscos	17	917.988	894.545
Encargos setoriais	18	112.030	102.319
Reserva de reversão		27.535	29.371
Instrumentos financeiros derivativos	31	328.490	44.224
Outras obrigações		90.997	110.695
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	6.176.273	6.326.144
Passivo financeiro setorial	11	470.756	485.355
Total do passivo não circulante		21.093.110	21.314.369
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	21.1	3.079.525	3.079.525
Reservas de capital	21.3	2.268.430	2.268.430
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	21.4	(4.089.384)	(4.037.195)
Reservas de lucros:			
Reserva legal		196.766	196.766
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		870.778	870.778
Lucro do período		343.491	-
Total do patrimônio líquido		2.669.606	2.378.304
Total do passivo e do patrimônio líquido		33.481.006	32.712.953

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	31.03.2022	31.03.2021
Receita líquida	23	4.567.263	4.332.453
Custo do serviço	24	(3.517.673)	(3.744.149)
Lucro bruto		1.049.590	588.304
Receitas (Despesas) operacionais			
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	24	(118.411)	(110.708)
Despesas gerais e administrativas	24	(151.253)	(107.965)
Outras receitas e despesas operacionais	24	46.001	53.931
Total despesas operacionais		(223.663)	(164.742)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		825.927	423.562
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	27	134.775	140.111
Despesas financeiras	27	(467.232)	(354.829)
Variações cambiais, líquidas	27	1.016	(319)
Total do resultado financeiro		(331.441)	(215.037)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		494.486	208.525
Imposto de renda e contribuição social			
Contribuição social	28	(27.849)	(2.160)
Imposto de renda	28	(75.397)	(5.799)
Contribuição social diferida	9.4/28	(16.960)	(16.950)
Imposto de renda diferido	9.4/28	(47.112)	(47.079)
Total dos tributos sobre o lucro		(167.318)	(71.988)
Lucro líquido do período		327.168	136.537
Lucro líquido básico/diluído por ação ordinária	22.1	1,65682	0,69144

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31.03.2022	31.03.2021
Lucro líquido do período	327.168	136.537
Outros resultados abrangentes:		
- Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	(54.341)	(11.467)
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	18.475	3.899
Total dos resultados abrangentes do período, líquido de tributos	291.302	128.969

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Reservas de capital			Reservas de lucros				Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Benefício fiscal proveniente de incorporação	Outras reservas de capital	Outros resultados abrangentes/ Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva especial para reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		Lucros (prejuízos) acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.079.525	2.267.883	547	(3.776.643)	196.766	171.137	759.823	-	2.699.038
<u>Resultado abrangente total:</u>									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	136.537	136.537
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(11.467)	-	-	-	-	(11.467)
IRCS sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	3.899	-	-	-	-	3.899
<u>Transações com os acionistas</u>									
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(171.137)	-	-	(171.137)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido:</u>									
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(25.765)	-	-	-	25.765	-
IRCS sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	8.760	-	-	-	(8.760)	-
Saldos em 31 de março de 2021	3.079.525	2.267.883	547	(3.801.216)	196.766	-	759.823	153.542	2.656.870
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.079.525	2.267.883	547	(4.037.195)	196.766	-	870.778	-	2.378.304
<u>Resultado abrangente total:</u>									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	327.168	327.168
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(54.341)	-	-	-	-	(54.341)
IRCS sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	18.475	-	-	-	-	18.475
<u>Mutações internas do patrimônio líquido:</u>									
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(24.731)	-	-	-	24.731	-
IRCS sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	8.408	-	-	-	(8.408)	-
Saldos em 31 de março de 2022	3.079.525	2.267.883	547	(4.089.384)	196.766	-	870.778	343.491	2.669.606

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31.03.2022	31.03.2021
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do período	327.168	136.537
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	182.328	172.190
Variações monetárias	12.038	(791)
Variações cambiais - instrumento derivativo	282.697	(98.575)
Atualização do ativo financeiro da concessão	(149.402)	(107.782)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	69.406	110.954
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	49.005	-
Provisões para processos judiciais e outros riscos	25.470	112.945
Atualização Acordo Eletrobras	19.771	7.663
Custo de empréstimos e debêntures (encargos de dívidas)	(124.357)	165.918
Juros sobre obrigações de arrendamento	3.475	4.349
Juros sobre operação com instrumento derivativo	65.453	(862)
Ajuste a valor de mercado instrumento derivativo	7.768	56.384
Benefícios pós-emprego	149.968	118.955
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	(135)	(82)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	16.949	9.915
Tributos e contribuições sociais diferidos	57.929	64.029
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores, revendedores e outros	(288.992)	(120.022)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	30.433	437
Outros tributos compensáveis	222.565	159.322
Almoarifado	(476)	327
Serviços em curso	(19.025)	(19.062)
Contas a receber - acordos	(44.184)	(6.649)
Despesas pagas antecipadamente	(12.528)	(33.478)
Outros créditos	(43.527)	(47.197)
Créditos a receber - subvenção e outros	205.481	-
Ativo financeiro setorial	(535.961)	(398.499)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(1.046.914)	(615.240)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	64.808	7.960
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	54.175	18.513
Outros tributos a pagar	19.152	(27.369)
Obrigações sociais e trabalhistas	24.114	23.228
Encargos setoriais	127.664	29.922
Passivo financeiro setorial	718.815	17.968
Outras obrigações	(167.764)	11.786
	303.367	(246.306)
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(64.834)	(24.681)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(4.354)	(4.349)
Pagamento de juros de operações com derivativo	(40.345)	(3.291)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.257)	(12.751)
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(222.383)	(134.892)
Pagamento de processos judiciais e outros	(14.912)	(29.626)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	(1)	(792)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(44.719)	(456.688)
Atividades de investimentos:		
Adições para ativo contratual e intangível da concessão	(346.377)	(251.970)
Consumidores participação financeira	54.802	18.917
Aplicações em investimento de curto prazo	110	(34.123)
Resgates de investimento de curto prazo	(33)	35.062
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(40.148)	(12.960)
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	(3.105)	18.576
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(334.751)	(226.498)
Atividades de financiamentos:		
Ingresso de novos empréstimos e debêntures	657.325	250.000
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(3.656)	(733.171)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	(10.541)	-
Amortizações de operação com instrumento derivativo	-	69.849
Pagamento de obrigações por arrendamento	(14.321)	(19.986)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	(171.137)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	628.807	(604.445)
	249.337	(1.287.631)
Varição no caixa líquido da Companhia		
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.112.302	2.095.811
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.361.639	808.180
	249.337	(1.287.631)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.03.2022	31.03.2021
1. Receitas	8.277.225	6.550.381
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	8.395.636	6.661.089
Fornecimento de energia elétrica	3.888.646	2.544.803
Outras receitas - originadas de contratos com clientes	3.231.205	3.105.905
Outras receitas	974.104	733.306
Receita relativa à construção de ativos próprios	301.681	277.075
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(118.411)	(110.708)
2. Insumos adquiridos de terceiros	(3.535.118)	(3.607.012)
Materiais	(120.773)	(157.310)
Outros custos operacionais	(32.505)	(27.394)
Custo da energia comprada e transmissão	(2.985.940)	(3.085.609)
Serviços de terceiros	(395.900)	(336.699)
3. Valor adicionado bruto	4.742.107	2.943.369
4. Retenções	(189.488)	(172.189)
Depreciação e amortização	(189.488)	(172.189)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade	4.552.619	2.771.180
6. Valor adicionado recebido em transferência	134.775	140.111
Receitas financeiras	134.775	140.111
7. Valor adicionado total a distribuir	4.687.394	2.911.291
8. Distribuição do valor adicionado	4.687.394	2.911.291
Empregados (Colaboradores)	142.987	268.870
Salários e encargos	93.033	192.865
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	4.128	19.597
Benefícios	38.221	46.935
FGTS	7.605	9.473
Tributos (Governo)	3.752.140	2.143.305
Federais	446.671	278.288
Imposto de renda e contribuição social	167.318	71.988
COFINS	206.235	148.206
PIS	44.655	32.163
INSS	19.185	17.615
Encargos sociais - Outros	9.278	8.316
Estaduais	1.300.670	1.035.139
ICMS	1.298.819	1.032.509
Outros	1.851	2.630
Municipais	8.060	5.439
ISS	90	36
IPTU	7.887	5.384
Outros	83	19
Encargos setoriais	1.996.739	824.439
CDE - Conta de desenvolvimento energético	948.578	653.878
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	40.927	39.298
Encargos do consumidor - PROINFA	30.173	25.865
Encargos do consumidor - CCRBT	969.974	100.421
Taxa de fiscalização - ANEEL	7.087	4.977
Remuneração de capitais de terceiros	465.099	362.579
Juros	466.216	354.814
Aluguéis	(1.117)	7.765
Remuneração de capitais próprios	327.168	136.537
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(16.323)	(17.005)
Lucros retidos	343.491	153.542

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Enel Distribuição São Paulo”, ou “Companhia”) é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta Categoria “B”, controlada diretamente pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália).

A sede da Companhia está localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2019.

1.1 Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos tivessem sido honrados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à Covid-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021.

Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concede um bônus em fatura, no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020. Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R\$ 245.640, a ser concedido nas faturas nas unidades consumidoras. O desconto está sendo concedido desde 02 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento. O ressarcimento à Companhia, ocorreu de forma parcial, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio de crédito nas liquidações financeiras da CCEE, restando R\$ 81.928 como saldo a ser ressarcido.

1.2 Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Assim, decidi instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 14.513, o qual foi registrado como passivo financeiro setorial e será repassado aos consumidores no próximo ciclo tarifário, a partir do ciclo 2022 - vide nota explicativa nº 11.

Na mesma Resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia e os critérios para ressarcimento aos consumidores dos custos associados à operação da Conta-Covid em 2020. Os pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irre recuperáveis, ocorrida conforme o Despacho nº 663/2022.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da "Conta Escassez Hídrica", sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13/12/2021) por meio da conta de energia. Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução também foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária, estes foram atualizados pelas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 28 de abril de 2022.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.4 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado de São Paulo) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (Distribuição de Energia Elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

2.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As práticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação das informações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, ativo indenizável, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios, benefícios pós-emprego, receita de distribuição não faturada e instrumentos financeiros.

Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

Julgamentos, estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

3. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

a) Revisão e reajuste tarifário

A ANEEL, em reunião pública, que ocorreu em 29 de junho de 2021, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 a ser aplicado a partir de 04 de julho de 2021, aprovando o Reajuste Tarifário Anual positivo de +9,60% composto por reajuste econômico de +11,41% e componente financeiro de -1,81%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +9,44% sendo de 3,67%, em média, para os consumidores conectados na AT e de 11,38%, em média, para os consumidores na BT.

b) Bandeiras tarifárias

O ano de 2021 foi marcado pelo agravamento hidrológico do sistema elétrico brasileiro tendo consequentes aumentos dos patamares das bandeiras tarifárias até o patamar vermelho nível 2 e reajustes de seus preços. Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuariam a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos (REH 2.888/21). A Bandeira escassez hídrica possui vigência de setembro de 2021 a abril de 2022, pela qual a tarifa será acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

3.1 Principais mudanças nas políticas contábeis

As informações financeiras intermediárias foram preparadas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, emitidas em 24 de fevereiro de 2022, e devem ser lidas em conjunto, com exceção às alterações demonstradas a seguir:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que	1º de janeiro de 2022

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	
Melhorias anuais às IFRS Ciclo 2018 - 2020	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Já os investimentos de curto prazo são classificados como valor justo por meio do resultado.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de *ratings* das principais agências de risco (mais detalhes na nota explicativa nº 30.2 b.1.1). Nos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

<u>Caixa e equivalentes de caixa:</u>	Nota	31.03.2022	31.12.2021
Numerário disponível		12.258	11.459
Numerário em trânsito	4.1	127.877	133.696
CDB-DI		1.221.504	967.147
Total		1.361.639	1.112.302
<u>Investimentos de curto prazo</u>			
CDB-DI		3.001	2.968
Total		3.001	2.968
Total geral		1.364.640	1.115.270

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 4.1 O numerário em trânsito representa o montante recebido de clientes, porém ainda não creditado em favor da Companhia pela instituição financeira, ou seja, estão em circulação e serão transferidos para a Companhia em D+1 ou D+2 (primeiro ou segundo dia útil após o pagamento efetuado pelo cliente). A redução aumento foi ocasionada principalmente pelas arrecadações dos últimos dias do mês de março de 2022, cujos montantes foram inferiores às arrecadações dos últimos dias do mês de dezembro de 2021.

5. Consumidores, revendedores e outros

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A Companhia classifica os saldos de consumidores, revendedores e outros como instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. Os recebíveis da Companhia são faturados nos termos das Resoluções Normativas nº 414/2010 e 506/2012 da ANEEL, exceto a venda de energia elétrica no mercado de curto prazo que segue a Resolução Normativa nº 109/2004 (Convenção de Comercialização de Energia Elétrica). Esses recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, atualizações financeiras, quando aplicáveis, e podem ser reduzidos por ajuste de redução ao valor recuperável.

Uso de estimativas:

Receita não faturada: O cálculo da receita não faturada referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado / nº de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%), vide nota explicativa nº 23.

Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (Redução ao valor recuperável):

Os saldos relacionados a consumidores, revendedores e outros estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros – Vide nota explicativa nº 7.

Reconhecimento de perda: As baixas de recebíveis para perda são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa, em que se aplica o percentual de perda de 100% após o período de 5 anos para todas as classes). Cabe ressaltar que para fins fiscais, o reconhecimento de perda permanece inalterado, obedecendo os prazos e valores definidos pelo artigo 9º da Lei nº 9.430/1996, com alterações introduzidas pelo artigo 8º da Lei nº 13.097/2015.

A composição do saldo de consumidores, revendedores e outros é como segue:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Circulante	Nota	A vencer	Vencidos					Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	31.03.2022
		até 30 dias	até 60 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Consumidores - distribuição de energia:										
Residencial		591.898	560.695	72.881	174.569	259.903	907.120	2.567.066	(1.167.804)	1.399.262
Industrial		60.998	28.995	1.487	3.858	6.447	53.391	155.176	(53.306)	101.870
Comercial		298.577	77.722	7.206	12.274	19.580	90.359	505.718	(102.486)	403.232
Rural		310	152	28	39	81	157	767	(251)	516
Poderes Públicos		61.431	7.262	1.208	1.878	1.229	2.252	75.260	(1.476)	73.784
Iluminação pública		4.912	33.114	21.759	175	163	67	60.190	(199)	59.991
Serviço público		35.597	-	105	90	86	58	35.936	(371)	35.565
Serviço cobráveis		(388)	(85)	117	246	12	6	(92)	(244)	(336)
Encargos de uso da rede		3.319	-	-	-	72	113	3.504	-	3.504
Receita não faturada		1.353.404	-	-	-	-	-	1.353.404	(9.990)	1.343.414
Particip. Financeira - Consumidor		-	4.114	6	4	178	198	4.500	-	4.500
(-) Arrecadação Processo Classif. (*)		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias:										
Energia no curto prazo - CCEE		25.309	-	-	-	-	-	25.309	-	25.309
Energia MVE - Mecanismo de venda excedente	29	2.345	-	-	-	-	-	2.345	-	2.345
Ressarcimento - leilões de energia		26.607	-	-	-	-	-	26.607	-	26.607
Total - Circulante		2.464.319	711.969	104.797	193.133	287.751	1.053.721	4.815.690	(1.336.127)	3.479.563
Não Circulante										
Consumidores - distribuição de energia:										
Iluminação pública		-	-	-	-	-	24.080	24.080	(212)	23.868
Total - não circulante		-	-	-	-	-	24.080	24.080	(212)	23.868
Total - circulante + não circulante		2.464.319	711.969	104.797	193.133	287.751	1.077.801	4.839.770	(1.336.339)	3.503.431

Circulante	Nota	A vencer	Vencidos					Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	31.12.2021
		até 30 dias	até 60 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Consumidores - distribuição de energia:										
Residencial		557.075	555.689	77.560	163.555	226.564	853.262	2.433.705	(1.103.912)	1.329.793
Industrial		58.030	31.694	1.993	3.757	6.729	52.554	154.757	(54.174)	100.583
Comercial		276.073	74.843	6.578	13.237	18.658	85.116	474.505	(103.103)	371.402
Rural		275	143	23	55	61	156	713	(234)	479
Poderes Públicos		56.174	3.511	500	1.150	555	2.128	64.018	(1.233)	62.785
Iluminação pública		20.660	469	133	334	349	121	22.066	(309)	21.757
Serviço público		35.048	-	246	47	58	29	35.428	(253)	35.175
Serviço cobráveis		86	224	135	272	3	5	725	(277)	448
Encargos de uso da rede		3.779	-	-	72	-	113	3.964	-	3.964
Receita não faturada		1.224.820	-	-	-	-	-	1,224.820	(12.513)	1,212,307
Particip. Financeira - Consumidor		1.584	201	45	152	160	198	2,340	-	2,340
Concessionárias e permissionárias:										
Energia no curto prazo - CCEE		115.990	-	-	-	-	-	115.990	-	115.990
Energia MVE - Mecanismo de venda excedente	29	21.282	-	-	-	-	-	21.282	-	21,282
Ressarcimento - leilões de energia		15.213	-	-	-	-	-	15,213	-	15,213
Total - Circulante		2.386.089	666.774	87.213	182.631	253.137	993.682	4.569.526	(1.276.008)	3.293.518
Não Circulante										
Consumidores - distribuição de energia:										
Iluminação pública		-	-	-	-	-	24.079	24,079	(211)	23,868
Total - não circulante		-	-	-	-	-	24.079	24,079	(211)	23,868
Total - circulante + não circulante		2.386.089	666.774	87.213	182.631	253.137	1.017.761	4.593.605	(1.276.219)	3.317.386

6. Contas a receber – acordos

Os saldos de contas a receber – acordos incluem os parcelamentos de consumidores em função dos programas de negociação realizados. A Companhia classifica os saldos das contas a receber – acordos como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. Esses recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, atualizações financeiras, quando aplicáveis, e podem ser reduzidos por ajuste de redução ao valor recuperável. Mais informações podem ser vista na nota explicativa nº 31 (b.1.2).

Uso de estimativas:

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados às contas a receber – acordos estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros – Vide nota explicativa nº 7.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo total das perdas esperadas em 31 de março de 2022 é de R\$ 393.070 calculado através da abordagem simplificada, por meio de uma matriz por idade de vencimento das contas a receber – acordos.

A composição do saldo de contas a receber - acordos é como segue:

	Nota	31.03.2022	31.12.2021
<u>Circulante</u>			
Consumidores		909.445	870.539
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(386.102)	(382.810)
Saldo líquido de PECLD		523.343	487.729
<u>Não circulante</u>			
Consumidores		21.896	23.667
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(6.968)	(6.749)
Saldo líquido de PECLD		14.928	16.918
Total circulante + não circulante		538.271	504.647

O aumento do saldo se deve principalmente à deterioração do poder de consumo e pagamento da população, a Companhia continua com a adoção medidas que visam atenuar a ocorrência de inadimplência, estas medidas incluem, dentre outras, a facilitação do parcelamento das faturas de energia, que podem ser parceladas em até 12 vezes.

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total 31.03.2022
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	374.244	86.714	470.383	931.341
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(30.478)	(24.239)	(338.353)	(393.070)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante	343.766	62.475	132.030	538.271

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total 31.12.2021
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	362.775	96.237	435.194	894.206
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(42.842)	(30.348)	(316.369)	(389.559)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante	319.933	65.889	118.825	504.647

7. Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD

Uso de estimativas:

As perdas estimadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos cinco anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base probabilidade de perda determinada individualmente e coletivamente, os modelos utilizados atendem à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48, como a seguir:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Individualmente, a Companhia determina a perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada consumidor, este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias, determinação e mudança de risco de crédito individual.
- Coletivamente, a Companhia utiliza uma matriz de provisões para determinação da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, essa matriz é utilizada principalmente para o modelo coletivo onde há uma quantidade relevante de consumidores. Este modelo contempla cada classe de consumo (residencial, rural, comercial, industrial, poder público, iluminação pública e serviços públicos). Adicionalmente, a perda esperada é calculada separadamente para cada classe de consumo do setor de distribuição de energia.

Em ambos os modelos a Administração determina percentuais de perdas esperadas de crédito ("*Expected Credit Losses – ECL*") desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência ("*Probability of Default – PD*") e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência ("*Loss given default – LGD*"), os percentuais de perda esperada de crédito ora aplicados aumentam a medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. A movimentação das perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é como segue:

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2021	Provisões	Perda	Saldo final 31.03.2022
Consumidores	5	(1.276.219)	(103.199)	43.079	(1.336.339)
Contas a receber - acordos	6	(389.559)	(10.560)	7.049	(393.070)
Outros créditos - Multa rescisão contratual		(4.634)	(4.816)	196	(9.254)
Outros créditos		(5.390)	(88)		(5.478)
Total		(1.675.802)	(118.663)	50.324	(1.744.141)
Circulante		(1.668.841)			(1.736.962)
Não circulante		(6.961)			(7.179)
Total		(1.675.802)			(1.744.141)

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2020	Provisões	Perda	Saldo final 31.03.2021
Consumidores	5	(955.913)	(92.409)	58.202	(990.120)
Contas a receber - acordos	6	(280.061)	(19.343)	6.438	(292.966)
Outros créditos - Multa rescisão contratual		(7.470)	1.479	246	(5.745)
Outros créditos		(4.464)	(681)	-	(5.145)
Total		(1.247.908)	(110.954)	64.886	(1.293.976)
Circulante		(1.244.749)			(1.290.364)
Não circulante		(3.159)			(3.612)
Total		(1.247.908)			(1.293.976)

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, e esta é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia tem intensificado ações de cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) proporção aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos e "cash back" para as contas de energia vencidas ou não.

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	31.03.2022	31.03.2021
Provisão	(118.663)	(110.954)
Receita com recuperação de perdas	252	246
	(118.411)	(110.708)

A Companhia com o objetivo de melhor refletir a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") avalia constantemente o ambiente econômico das regiões onde atua e revisa as estratégias de cobrança de débitos vencidos, conforme este momento. O início do ano de 2022 se mostrou desafiador no sentido de recuperar dívidas acumuladas em períodos anteriores, o que acabou impactando a expectativa de perda. A Companhia tem envidado todos os esforços necessários para recuperar esta dívida, fazendo campanhas de negociação, intensificando e ampliando os canais de negociação e focando as ações de cobrança em dívidas com maior potencial de recuperação.

8. Tributos e contribuições sociais compensáveis

Imposto de renda e contribuição social compensáveis	Nota	31.03.2022	31.12.2021
Circulante			
Contribuição social		-	12.587
Imposto de renda		-	24.206
Imposto de renda retido na fonte		-	20.641
Total		-	57.434
Outros tributos compensáveis			
Circulante			
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	20	941.371	814.140
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		99.885	103.685
ICMS - Compra de créditos		500	30.945
COFINS		35.094	33.122
PIS		8.283	7.847
INSS		84	84
Total		1.085.217	989.823
Não circulante			
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	20	4.799.197	5.117.610
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		91.050	90.596
Total		4.890.247	5.208.206
Total circulante + não circulante		5.975.464	6.198.029

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Tributos e contribuições sociais diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

9.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos

	Nota	31.03.2022	31.12.2021
Diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	9.2	2.550.080	2.571.618
Benefício fiscal das incorporações	9.3	1.919.422	1.937.338
Total dos tributos e contribuições sociais diferidos		4.469.502	4.508.956

9.2 Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Balanço patrimonial		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para obrigações com benefícios pós-emprego	2.065.969	2.090.193	(24.224)	(122.577)	-	91.011
Provisões para processos judiciais e outros riscos	316.978	306.523	10.455	9.023	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	924.557	886.546	38.011	688.977	-	-
Provisão para materiais e serviços	65.545	64.814	731	30.713	-	-
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	782.913	828.002	(45.089)	20.851	-	-
Créditos tributários sobre ágio na incorporação	-	-	-	(82.772)	-	-
Diferença na taxa de depreciação/amortização	43.906	45.662	(1.756)	(7.025)	-	-
Provisão para o fundo de transição	17.1	-	-	-	-	-
Provisão FGTS - PIA programa de incentivo à aposentadoria (multa 40%)	46.048	47.515	(1.467)	7.454	-	-
Arrendamento mercantil CPC 06	3.325	4.228	(903)	(3.605)	-	-
Outros resultados abrangentes - cash flow hedge (derivativo)	-	-	-	-	-	-
Outros	56.787	32.011	6.301	2.282	18.475	-
Total dos tributos diferidos ativos	4.306.028	4.305.494	(17.941)	543.321	18.475	91.011
Tributos diferidos passivos:						
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	21.5	(340.694)	(349.103)	8.408	34.929	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	(633.494)	(582.698)	(50.796)	(184.979)	-	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	(53.249)	(48.409)	(4.840)	(4.779)	-	-
Outros resultados abrangentes - cash flow hedge (derivativo)	-	-	-	-	-	-
Swap	42.931	(23.364)	66.295	17.536	-	8.284
CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9)	(746.787)	(705.913)	(40.875)	(589.194)	-	-
Outros	(24.655)	(24.390)	(268)	(390)	-	-
Total dos tributos diferidos passivos	(1.755.948)	(1.733.877)	(22.076)	(726.877)	-	8.284
Ativo fiscal diferido, líquido	2.550.080	2.571.618	(40.017)	(183.556)	18.475	99.295
Juros mora (a)	-	-	(6.143)	(88.680)	-	-
Realização do benefício fiscal das incorporações	-	-	(17.912)	(71.660)	-	-
Total despesa imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(64.072)	(343.896)	-	-

(a) O imposto de renda e contribuição social diferido do trimestre findo em 31 de março de 2022, nos montantes de R\$ 6.143 são representados pela incidência destes tributos sobre as receitas de juros moratórios e por ajustes de exercícios anteriores, pelo fato de a Companhia ter apurado lucro fiscal no referido período. O processo dos juros moratórios refere-se à ação judicial que questiona a exigência de IRPJ e CSLL sobre as receitas auferidas a título de juros moratórios em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros que mantém vínculo contratual de qualquer espécie. O processo defende a tese de que os juros moratórios são pagos para indenizar danos emergentes e não indenização por lucros cessantes, em razão disso os juros moratórios não teriam natureza de acréscimo patrimonial. Dessa forma, a Companhia apura o montante a recolher de acordo com a obrigação legal, no entanto, reconhece tal montante como provisão na rubrica de processos judiciais e outros, e no resultado na rubrica de imposto de diferido.

9.3 Benefício fiscal gerado por incorporações:

Benefícios fiscais gerados pelas seguintes incorporações, registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01, conforme alteradas:

AES Elpa S.A. ("AES Elpa") e Brasiliana Participações S.A. ("Brasiliana Participações") - Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasiliana Participações, oriundo da reorganização societária concluída em 31 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasiliana Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia.

O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia foi de R\$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio de R\$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio no montante de R\$ 280.034

Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A. ("Enel Sudeste") - Incorporação do benefício fiscal da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão no montante de R\$ 1.881.558, oriundo da reorganização societária concluída em 06 de novembro de 2019. A composição do saldo do benefício fiscal das incorporações é como segue:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2022		31.12.2021	
	Ágio/Benefício fiscal	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
AES Elpa				
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295	175.295
Amortização acumulada	(235.369)	155.343	(80.026)	(76.215)
Subtotal	280.201	(184.932)	95.269	99.080
Brasileira Participações				
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739	104.739
Amortização acumulada	(140.635)	92.819	(47.816)	(45.539)
Subtotal	167.423	(110.500)	56.923	59.200
Enel Sudeste				
Saldos oriundos da incorporação	6.150.317	(4.268.759)	1.881.558	1.881.559
Amortização acumulada	(331.803)	217.475	(114.328)	(102.501)
Subtotal	5.818.514	(4.051.284)	1.767.230	1.779.058
Total do ágio/benefício fiscal de incorporações	6.266.138	(4.346.716)	1.919.422	1.937.338

Os ativos fiscais diferidos decorrentes das incorporações são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

9.4 Movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos:

	31.03.2022	31.03.2021
Saldo inicial	4.508.956	4.664.880
Impacto no resultado do exercício	(64.072)	(64.029)
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	18.475	3.899
Saldo final	4.463.359	4.604.750

10. Contratos de concessão público - privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

Características do contrato de concessão da Companhia

Em 15 de junho de 1998, a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, o qual estabelece as condições para a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão determinada pela Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998. O prazo de duração do contrato de concessão é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a Companhia deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL deve manifestar-se até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No término do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada através de fiscalização do próprio órgão regulador.

Em 6 de junho de 2005, foi assinado o Primeiro Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 - ANEEL entre a Companhia e a União Federal, tendo como objeto atender às condições de eficácia constantes dos § 2º dos artigos 36 e 43 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que dá tratativa do repasse às tarifas dos consumidores finais.

Em 3 de maio de 2010, foi assinado o Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 – ANEEL entre a Companhia e a União Federal, cujo objeto foi a alteração dos procedimentos de cálculo dos reajustes tarifários anuais, visando à neutralidade dos Encargos Setoriais da “Parcela A” da Receita Anual da Concessionária, na forma das alterações efetuadas na redação da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão de distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998-ANEEL.

Em 10 de dezembro de 2014, foi assinado o Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 – ANEEL entre a Companhia e a União Federal, pelo qual foi assegurado que eventual saldo de ativo ou passivo financeiro setorial, ao final do contrato de concessão, será indenizado para ou reembolsado pela Companhia.

Em outubro de 2018, foi assinado o Quarto Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 – ANEEL entre a Companhia e a União Federal, devido a mudança do acionista controlador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC 01 Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Companhia concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 4 de julho de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre na mesma data a cada 4 anos, sendo a próxima em 4 de julho de 2023.

	Nota	31.03.2022	31.12.2021
Ativo contratual	10.1	1.048.953	1.050.779
Ativo financeiro da concessão	10.2	6.621.635	6.317.532
Intangível			
Ativo intangível da concessão	10.3	3.789.430	3.824.864
Total dos contratos de concessão público - privado		11.460.018	11.193.175

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

10.1 Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 3,64% a.a. no trimestre findo em 31 de março de 2022 (6,81% a.a. no trimestre findo em 31 de março de 2021), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável.

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Nota	Bens em construção	(-) Obrigações especiais	Total do ativo contratual
Saldos em 31 de dezembro de 2020		687.915	(142.174)	545.741
Adições		295.992	(18.917)	277.075
Transferências para intangível da concessão	10.3	(35.657)	1.354	(34.303)
Transferências para o ativo financeiro	10.2	(62.673)	3.484	(59.189)
Saldos em 31 de Março de 2021		885.577	(156.253)	729.324
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.242.961	(192.182)	1.050.779
Adições		356.483	(54.802)	301.681
Transferências para intangível da concessão	10.3	(143.125)	2.837	(140.288)
Transferências para o ativo financeiro	10.2	(172.088)	8.869	(163.219)
Saldos em 31 de Março de 2022		1.284.231	(235.278)	1.048.953

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados ao ativo contratual (infraestrutura em construção) estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, nenhuma perda esperada foi registrada nos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021. Os valores dos bens em construção estão sujeitos a fiscalização da ANEEL.

10.2 Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Uso de estimativas:

A Revisão Tarifária da Companhia ocorre a cada 4 anos, e somente nessa data, a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do valor novo de reposição - “VNR” depreciado. Entre os períodos de Revisão Tarifária, a Administração, utilizando o critério determinado pela ANEEL, aplica o IPCA como fator de atualização da Base de Remuneração. O ativo financeiro da concessão é mensurado através da referida base de remuneração e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela dessa infraestrutura que não estará amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL.

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente.

A movimentação do ativo financeiro da concessão é como segue:

	Nota	31.03.2022	31.03.2021
Saldo inicial		6.317.532	5.247.418
Transferência - ativo contratual (infraestrutura em construção)	10.1	163.219	59.189
Baixas	26	(8.518)	(4.180)
Atualização do ativo financeiro da concessão	23	149.402	107.782
Saldo final		6.621.635	5.410.209

10.3 Intangível da concessão

Os ativos classificados como intangíveis representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois, o menor.

Redução ao valor recuperável

Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). O gerenciamento dos negócios considera a Companhia uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado com base no WACC definido pelo grupo Enel, o qual considera uma taxa de alavancagem padrão para os negócios em que atua de 50%. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, contidas no plano de negócios da Companhia e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de março de 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

Uso de estimativas:

A amortização do intangível é reconhecida no resultado e registrada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

<u>Ativo intangível da concessão</u>	31.03.2022	31.12.2021
Ativo intangível - custo	8.356.562	8.255.932
Amortização acumulada	(4.567.133)	(4.431.068)
Total do ativo intangível da concessão	3.789.429	3.824.864

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Nota	Intangível	(-) Obrigações especiais	Ativo intangível - custo	Amortização acumulada	Total do ativo intangível da concessão
Saldos em 31 de dezembro de 2020		8.972.766	(957.374)	8.015.392	(4.055.793)	3.959.599
Adições		471	-	471	(172.753)	(172.282)
Baixas		(20.200)	-	(20.200)	14.465	(5.735)
Amortização de obrigações especiais		-	-	-	15.772	15.772
Transferências do ativo contratual	10.1	35.657	(1.354)	34.303	-	34.303
Saldos em 31 de março de 2021		8.988.694	(958.728)	8.029.966	(4.198.309)	3.831.657
Saldos em 31 de dezembro de 2021		9.233.650	(977.718)	8.255.932	(4.431.068)	3.824.864
Adições		5.051	-	5.051	(188.883)	(183.832)
Baixas		(44.709)	-	(44.709)	36.278	(8.431)
Amortização de obrigações especiais		-	-	-	16.540	16.540
Transferências do ativo contratual	10.1	143.125	(2.837)	140.288	-	140.288
Saldos em 31 de março de 2022		9.337.117	(980.555)	8.356.562	(4.567.133)	3.789.429

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Ativos e passivos financeiros setoriais

O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

A Companhia classifica os saldos de ativo e passivo financeiro setorial como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ANEEL já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ANEEL no próximo evento tarifário.

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados ao ativo financeiro setorial estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento, com base no histórico de inadimplência e a potencial perda associada, considerando que tais ativos serão realizados por meio do incremento da tarifa do próximo ciclo tarifário e ainda pela garantia de indenização do saldo, conforme mencionado anteriormente. Dessa forma, nenhuma perda esperada foi registrada nos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Saldos em 31.12.2021	Diferimentos	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Saldos em 31.03.2022	Valores em constituição	Valores em amortização	Ativo		Passivo	
									Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativos e passivos financeiros setoriais												
CVA Ativa e Passiva	2.352.146	555.760	(329.034)	(897.533)	60.332	1.741.671	1.342.919	398.752	2.141.783	581.300	(742.712)	(238.700)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	779.036	71.566	-	-	17.496	868.098	868.098	-	668.811	222.937	(17.738)	(5.912)
Progr. Inc. a Fontes Alter. Energia Elétrica - PROINFA	14.558	47.920	(6.712)	-	1.396	57.162	49.398	7.764	44.808	12.354	-	-
Transporte de energia pela rede básica	65.251	32.727	(630)	-	1.567	98.915	98.017	898	74.414	24.501	-	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	33.913	6.783	(7.038)	-	743	34.401	25.989	8.412	27.900	6.501	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(89.233)	264.726	(11.885)	-	1.558	165.166	153.084	12.082	126.887	38.279	-	-
Custos de Aquisição de Energia	562.725	(273.843)	(299.098)	(575.502)	19.357	(566.361)	(932.349)	365.988	384.848	6.553	(724.974)	(232.788)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	985.896	405.881	(3.671)	(322.031)	18.215	1.084.290	1.080.682	3.608	814.115	270.175	-	-
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	(568.406)	283.492	170.253	-	(26.124)	(140.785)	250.859	(391.644)	960.087	301.670	(1.170.486)	(232.056)
Neutralidade da Parcela A	12.679	1.194	5.898	-	382	20.153	29.591,00	(9.438)	19.682	6.562	(6.091)	-
Sobrecontratação de energia	112.729	79.808	(53.399)	-	(1.089)	138.049	83.843	54.206	117.088	20.961	-	-
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 4CRTP	(109.272)	-	18.212	-	-	(91.060)	-	(91.060)	-	-	(312.275)	221.215
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 5CRTP	(209.796)	(20.712)	-	-	(5.455)	(235.963)	(235.963)	-	-	-	-	(235.963)
Risco hidrológico	(797.339)	(203.758)	193.370	-	(11.839)	(819.566)	(480.656)	(338.910)	-	-	(662.964)	(156.602)
Antecipação da parcela B	140.000	70.000	-	-	-	210.000	210.000	-	157.500	52.500	-	-
Outros	282.593	356.960	6.172	-	(8.123)	637.602	644.044	(6.442)	665.817	221.647	(189.156)	(60.706)
Total	1.783.740	839.252	(158.781)	(897.533)	34.208	1.600.886	1.593.778	7.108	3.101.870	882.970	(1.913.198)	(470.756)

11.1 A redução no diferimento de energia de Itaipu deve-se basicamente a redução da taxa de câmbio (dólar médio), que no trimestre findo em 31 de março de 2022 foi de R\$ 4,74, enquanto o dólar médio considerado na tarifa foi de R\$ 5,15.

11.2 O diferimento passivo dos custos de aquisição de energia deve-se principalmente pela redução do risco hidrológico, devido a maior geração das usinas hidroelétricas no período, combinado com a redução do PLD médio (Preço de Liquidação das Diferenças).

11.3 O diferimento ativo de encargos dos serviços de sistema é devido ao maior despacho da geração fora da ordem de mérito no período e contabilização da redução do bônus de redução de consumo.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Saldos em 31.12.2020	Diferimentos	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Atualização monetária	Saldos em 31.03.2021	Valores em constituição	Valores em amortização	Ativo		Passivo	
										Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativos e passivos financeiros setoriais													
CVA Ativa e Passiva		872.776	434.297	49.533	(123.920)	4.335	1.237.021	1.316.082	(79.061)	1.276.451	415.544	(374.455)	(80.519)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	11.1	891.362	302.310	-	-	4.183	1.197.855	1.197.855	-	908.543	302.849	(10.154)	(3.383)
Progr. Inc. a Fontes Alter. Energia Elétrica - PROINFA		(4.770)	13.579	2.207	-	35	11.051	13.024	(1.973)	9.768	3.256	(1.973)	-
Transporte de energia pela rede básica		(16.553)	(1.632)	(568)	-	(87)	(18.900)	(18.514)	(386)	-	-	(14.271)	(4.629)
Transporte de energia elétrica - Itaipu		14.710	5.661	842	-	73	21.286	22.657	(1.371)	16.993	5.664	(1.371)	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		36.515	93.981	(17.425)	-	431	113.502	98.560	14.942	88.862	24.640	-	-
Custos de Aquisição de Energia		(185.821)	(170.109)	73.186	(41.463)	(820)	(325.027)	(219.877)	(105.150)	70.625	23.541	(346.686)	(72.507)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER		137.333	190.567	(8.709)	(82.457)	520	237.254	222.377	14.877	181.660	55.594	-	-
Demais ativos e passivos financeiros setoriais		(849.885)	(129.529)	148.483	-	(2.668)	(833.599)	(515.344)	(318.255)	232.866	61.026	(733.411)	(394.080)
Neutralidade da Parcela A		44.619	6.123	(28.742)	-	(353)	21.647	(8.022)	29.669	29.668	-	(6.016)	(2.005)
Sobrecontratação de energia		106.709	73.774	30.893	-	840	212.216	244.106	(31.890)	183.080	61.026	(31.890)	-
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 4CRTP		(182.119)	-	18.212	-	-	(163.907)	-	(163.907)	-	-	(72.847)	(31.060)
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 5CRTP		(131.769)	(18.407)	-	-	(701)	(150.877)	(150.877)	-	-	-	-	(150.877)
Risco hidrológico		(681.469)	(190.400)	147.598	-	(2.227)	(726.498)	(580.156)	(146.342)	-	-	(581.459)	(145.039)
Outros		(5.856)	(619)	(19.478)	-	(227)	(26.180)	(20.395)	(5.785)	20.118	-	(41.199)	(5.099)
Total		22.891	304.768	198.016	(123.920)	1.667	403.422	800.738	(397.316)	1.509.317	476.570	(1.107.866)	(474.599)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 30.1.1.

	Nota	31.03.2022	31.12.2021
Circulante			
Itaipu		154.460	610.796
Suprimento de energia elétrica		755.880	773.827
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	29.1	3.799	4.004
Energia livre		66.700	65.121
Encargos de uso de rede elétrica		402.927	809.953
Encargos de uso de rede elétrica - partes relacionadas	29.1	1.425	1.255
Total energia		1.385.191	2.264.956
Materiais e serviços		507.309	689.134
Materiais e serviços - partes relacionadas	29.1	150.412	120.579
Total Fornecedores		2.042.912	3.074.669

13. Tributos a pagar

	31.03.2022	31.12.2021
Imposto de renda e contribuição social a pagar:		
CIRCULANTE		
Imposto de renda	49.708	-
Contribuição social	15.099	-
Total	64.807	-
Outros tributos a pagar:		
Circulante		
Tributos Federais		
PIS	16.593	13.420
COFINS	76.957	62.221
INSS	5.742	11.885
IRRF	4.450	4.876
Outros	7.506	6.669
Subtotal - Federais	111.248	99.071
Tributos Estaduais		
ICMS	486.108	506.140
Subtotal - Estaduais	486.108	506.140
Tributos Municipais		
ISS	2.346	3.623
Subtotal - Municipais	2.346	3.623
Total - Outros tributos a pagar	599.702	608.834

14. Empréstimos, financiamentos

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados pelo custo amortizado, com exceção das debêntures - 24ª emissão (2ª série), 25ª emissão e o contrato na modalidade de

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4131 BNP IV que são registradas pelo valor justo por meio do resultado - vide nota explicativa nº 31.1.1.

14.1 Os saldos de empréstimos, financiamentos ou debêntures não conversíveis são compostos da seguinte forma:

Vencimento	Taxa efetiva a.a. (%) (ii)	31.03.2022							Total Circulante + Não Circulante
		Circulante			Não Circulante			Total	
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	Principal	Custos a amortizar	Total		
Moeda nacional									
2024	TJLP+5,00	66	13.087	-	13.153	15.242	-	15.242	28.395
2024	BRL + 8,41% a.a.	6.165	-	-	6.165	274.093	-	274.093	280.258
Empréstimos com partes relacionadas									
2022	CDI +1,48%	2.701	101.160	-	103.861	-	-	-	103.861
2022	CDI +1,48%	3.089	121.367	-	124.456	-	-	-	124.456
2022	CDI +1,48%	1.555	80.841	-	82.396	-	-	-	82.396
2022	CDI +1,20%	3.160	353.958	-	357.118	-	-	-	357.118
Total - Moeda nacional		16.736	670.413	-	687.149	289.335	-	289.335	976.484
Moeda estrangeira									
2024	USD + 1,71% a.a.	219	-	-	219	209.056	-	209.056	209.275
2024	USD + 1,97% a.a.	3.550	-	-	3.550	397.202	-	397.202	400.752
2025	USD + 2,31% a.a.	1.607	-	-	1.607	187.299	-	187.299	188.906
2026	USD + 2,61% a.a.	651	-	-	651	264.484	-	264.484	265.135
2024	USD + 1,95% a.a.	219	-	-	219	183.691	-	183.691	183.910
2025	USD + 2,37% a.a.	529	-	-	529	366.066	-	366.066	366.595
Total - Moeda estrangeira		6.775	-	-	6.775	1.607.798	-	1.607.798	1.614.573
Total - Empréstimos e financiamentos		23.511	670.413	-	693.924	1.897.133	-	1.897.133	2.591.057
Debêntures:									
2023	112,85% do CDI	8.669	697.973	(1.540)	705.102	697.973	(487)	697.486	1.402.588
2025	100% do CDI+1,16% a.a.	26.742	-	-	26.742	700.000	(6.117)	693.883	720.625
2026	100% do IPCA+5,05%	14.327	-	-	14.327	926.232	(13.861)	912.371	926.698
2031	100% do IPCA+4,26%	15.214	-	-	15.214	759.119	(25.620)	733.499	748.713
2028	100% do CDI+1,64% a.a.	29.283	-	-	29.283	575.000	(898)	574.102	603.385
Total - Debêntures		94.235	697.973	(1.540)	790.668	3.658.324	(46.983)	3.611.341	4.402.009
Notas Promissórias									
2022	100% do CDI+0,97% a.a.	468	10.000	-	10.468	-	-	-	10.468
2022	100% do CDI+0,97% a.a.	467	10.000	-	10.467	-	-	-	10.467
2023	100% do CDI+0,97% a.a.	-	-	(609)	(609)	319.262	(51)	319.211	318.602
Total - Notas promissórias		935	20.000	(609)	20.326	319.262	(51)	319.211	339.637
Total da Dívida		118.681	1.388.386	(2.149)	1.504.918	5.874.719	(47.034)	5.827.685	7.332.603

Vencimento	Taxa efetiva a.a. (%) (ii)	31.12.2021							Total Circulante + Não Circulante
		Circulante			Não Circulante			Total	
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	Principal	Custos a amortizar	Total		
Empréstimos e financiamentos:									
Moeda nacional									
2024	TJLP+5,00	64	12.870	-	12.934	18.598	-	18.598	31.532
2024	BRL + 8,41% a.a.	68	-	-	68	277.857	-	277.857	277.925
Total - Moeda nacional		132	12.870	-	13.002	296.455	-	296.455	309.457
Moeda estrangeira									
2024	USD + 1,71% a.a.	1.321	-	-	1.321	245.621	-	245.621	246.942
2024	USD + 1,97% a.a.	1.868	-	-	1.868	466.679	-	466.679	468.547
2025	USD + 2,31% a.a.	620	-	-	620	220.061	-	220.061	220.681
2026	USD + 2,61% a.a.	2.833	-	-	2.833	310.747	-	310.747	313.580
2024	USD + 1,95% a.a.	1.324	-	-	1.324	215.822	-	215.822	217.146
2025	USD + 2,37% a.a.	3.193	-	-	3.193	430.096	-	430.096	433.289
Total - Moeda estrangeira		11.159	-	-	11.159	1.889.026	-	1.889.026	1.900.185
Total - Empréstimos e financiamentos		11.291	12.870	-	24.161	2.185.481	-	2.185.481	2.209.642
Debêntures:									
2023	112,85% do CDI	32.965	697.975	(1.766)	729.174	697.973	(746)	697.227	1.426.401
2025	100% do CDI+1,16% a.a.	8.150	-	-	8.150	700.000	(6.634)	693.366	701.516
2026	100% do IPCA+5,05%	4.840	-	-	4.840	903.243	(14.559)	888.684	893.524
2031	100% do IPCA+4,26%	6.817	-	-	6.817	749.058	(26.325)	722.733	729.550
2028	100% do CDI+1,64% a.a.	12.622	-	(121)	12.501	575.000	(706)	574.294	586.795
Total - Debêntures		65.394	697.975	(1.887)	761.482	3.625.274	(48.970)	3.576.304	4.337.786
Notas Promissórias									
2022	100% do CDI+0,97% a.a.	197	10.000	-	10.197	-	-	-	10.197
2022	100% do CDI+0,97% a.a.	197	10.000	-	10.197	-	-	-	10.197
2023	100% do CDI+0,97% a.a.	-	-	(509)	(509)	311.013	(170)	310.843	310.334
Total - Notas promissórias		394	20.000	(509)	19.885	311.013	(170)	310.843	330.728
Total da Dívida		77.079	730.845	(2.396)	805.528	6.121.768	(49.140)	6.072.628	6.878.156

- (i) FINEP – saldo apresentado líquido das subvenções governamentais. O contrato do FINEP 2 (TJLP+5% a.a.) prevê uma redução (benefício de equalização) de 6% condicionada a adimplência e execução dos projetos.
- (ii) Os contratos 24ª emissão de debêntures 2ª série, 25ª emissão e BNP IV 4131 são mensurados a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 31.1.1.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Garantias: A 23ª debênture conta com garantia prestada pela Enel Brasil S.A. Para a FINEP, a Companhia possui 2 cartas de fiança como garantia contratada no montante de R\$ 37.061, com taxas contratuais que variam de 0,85% a 1,30%a.a. Quanto ao contrato com a FUNCESP, a dívida contará com seguro garantia ou fiança bancária como instrumento de garantia.

14.2 As principais características dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão descritas a seguir:**a) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos durante o trimestre findo em 31 de março de 2022:**

Ref.	Descrição	Valor do ingresso em moeda nacional	Data da emissão	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
a.1	Enel BR I	R\$ 101.160	05/01/2022	CDI +1,48%	Bullet	Bullet	julho de 2022	Reforço de capital de giro
a.2	Enel BR II	R\$ 121.367	10/01/2022	CDI +1,48%	Bullet	Bullet	julho de 2022	Reforço de capital de giro
a.3	Enel BR III	R\$ 80.841	31/01/2022	CDI +1,48%	Bullet	Bullet	julho de 2022	Reforço de capital de giro
a.4	Enel BR IV	R\$ 353.957	04/03/2022	CDI +1,20%	Bullet	Bullet	agosto de 2022	Reforço de capital de giro

(a.1) Em 05 de janeiro de 2022 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um mútuo com a Enel Brasil no montante de R\$ 101.160 com vencimento em 11 de julho de 2022 a uma taxa de CDI + 1,48% a.a.

(a.2) Em 10 de janeiro de 2022 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil no montante de R\$ 121.367 com vencimento em 11 de julho de 2022 a uma taxa de CDI + 1,48% a.a.

(a.3) Em 31 de janeiro de 2022 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil no montante de R\$ 80.841 com vencimento em 11 de julho de 2022 a uma taxa de CDI + 1,48% a.a.

(a.4) Em 04 de março de 2022 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil no montante de R\$ 353.957 com vencimento em 31 de agosto de 2022 a uma taxa de CDI + 1,20% a.a.

b) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores e liquidados durante o trimestre findo em 31 de março de 2022:

Nenhuma ocorrência.

c) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em períodos anteriores e vigentes em 31 de março de 2022:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
c.1	24ª Emissão (1ª Série)	R\$ 700.000	junho de 2019	CDI + 0,80%	Semestral	R\$ 350.000	maio de 2024	Alongamento do perfil de endividamento e investimento em projetos de
	24ª Emissão (2ª Série)	R\$ 800.000	junho de 2019	IPCA + 4,0134%	Semestral	R\$ 350.000 R\$ 800.000	maio de 2025 maio de 2026	
c.2	23ª EMISSÃO - (2ª série)	R\$ 1.395.948	setembro de 2018	111% do CDI	Semestral	R\$ 697.974 R\$ 697.974	setembro de setembro de	Refinanciamento do passivo e pré pagamento
c.3	FINEP - 2º Protocolo	R\$ 55.301	agosto de 2014	TJLP - 1%	Mensal	Mensal (a partir Mensal)	abril de 2024	Financiamento de desenvolvimento de
	FINEP - 2º Protocolo	R\$ 41.448	novembro de	TJLP - 1%	Mensal	Mensal	abril de 2024	
c.5	BNP 4131 II	R\$ 250.000	março de 2021	Dólar + 1,71% a.a.	Semestral	Bullet	março de 2024	Reforço de capital de giro
c.6	BNP III 4131	R\$ 475.000	Abril de 2021	USD + 1,97% a.a.	Semestral	Bullet	abril de 2024	Reforço de capital de giro
c.7	DEBÊNTURES - 25ª EMISSÃO	R\$ 720.000	Abril de 2021	IPCA + 4,26%	Semestral	R\$ 245.060	abril de 2029	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
						R\$ 245.059	abril de 2030	
						R\$ 240.048	abril de 2031	
c.8	SCOTIABANK II 4131	R\$ 209.000	Maior de 2021	USD + 2,31% a.a.	Semestral	Bullet	maio de 2025	Reforço de capital de giro
c.9	BNP IV 4131	R\$ 290.000	Junho de 2021	8,41% a.a.	Semestral	Bullet	junho de 2024	Reforço de capital de giro
c.10	SCOTIABANK III 4131	R\$ 300.000	Agosto de 2021	USD + 2,61% a.a.	Semestral	Bullet	agosto de 2026	Reforço de capital de giro
c.11	MUFG 4131	R\$ 200.000	Setembro de 2021	USD + 1,95% a.a.	Semestral	Bullet	setembro de 2024	Reforço de capital de giro
c.12	SCOTIABANK IV 4131	R\$ 400.000	Setembro de 2021	USD + 2,37% a.a.	Semestral	Bullet	setembro de 2025	Reforço de capital de giro
c.13	DEBÊNTURES - 26ª EMISSÃO	R\$ 575.000	Outubro de 2021	CDI + 1,64% a.a.	Anual	R\$ 287.500	outubro de 2027	Reforço de capital de giro
						R\$ 287.500	outubro de 2028	
c.14	NOTAS PROMISSÓRIAS - 7ª EMISSÃO	R\$ 325.000	Outubro de 2021	CDI + 0,97% a.a.	Bullet	R\$ 10.000	abril de 2022	Reforço de capital de giro
						R\$ 10.000	outubro de 2022	
						R\$ 305.000	abril de 2023	

14.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.03.2022		31.12.2021	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
CDI	3.733.966	50,92	3.045.440	44,27
TJLP	28.395	0,39	31.532	0,46
Taxa fixa	280.258	3,82	277.925	4,04
IPCA	1.675.411	22,85	1.623.074	23,60
Moeda estrangeira				
Dólar	1.614.573	22,02	1.900.185	27,63
Total	7.332.603	100	6.878.156	100

A Companhia possui operações com derivativo (swap) para troca de indexação de IPCA para CDI e dólar para CDI. Para mais detalhes vide nota explicativa nº 31.1.1.

14.4 Em 31 de março de 2022, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Custos a amortizar	Total
2023	10.424	1.017.237	(8.617)	1.019.044
2024	1.068.857	350.000	(10.394)	1.408.463
2025	553.365	350.000	(8.871)	894.494
2026	264.487	926.231	(5.122)	1.185.596
2027	-	287.500	(3.331)	284.169
2028 em diante	-	1.046.618	(10.699)	1.035.919
	1.897.133	3.977.586	(47.034)	5.827.685

14.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram a seguinte variação:

	31.03.2022
	%
CDI ^(*)	10,27
SELIC ^(*)	10,27
TJLP ^(*)	6,08
IPCA ^(**)	11,30
Dólar ^(*)	4,74

(*) Índice do último dia do período.

(**) Índice acumulado no trimestre findo em 31 de março de 2022

14.6 Movimentações dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Efeito caixa			Efeito não caixa						Saldo final 31.03.2022	
	Saldo inicial 31.12.2021	Atividade de financiamento			Variação monetária	Encargos financeiros	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização custos de transação		Outras movimentações
		Ingressos	Pagamentos principal	Pagamento de encargos financeiros							
Empréstimos e financiamentos:											
FINEP	31.532	-	(3.656)	(393)	6	395	-	-	-	511	28.395
BNP II	246.942	-	-	(1.929)	-	966	-	(36.704)	-	-	209.275
BNP 4131 III	468.547	-	-	-	-	2.099	-	(69.894)	-	-	400.752
SCOTIABANK 4131 II	220.681	-	-	-	-	1.156	-	(32.931)	-	-	188.906
BNP 4131 IV	277.925	-	-	-	-	6.097	(3.764)	-	-	-	280.258
SCOTIABANK 4131 III	313.580	-	-	(3.753)	-	1.845	-	(46.537)	-	-	265.135
MUFG 4131	217.146	-	-	(1.934)	-	967	-	(32.269)	-	-	183.910
SCOTIABANK 4131 IV	433.289	-	-	(4.864)	-	2.333	-	(64.363)	-	-	366.595
Total - Empréstimos e financiamentos	2.209.642	-	(3.656)	(12.673)	6	15.858	(3.764)	(282.698)	-	511	1.923.226
Empréstimos com partes relacionadas											
Enel BR I	-	101.160	-	-	-	2.701	-	-	-	-	103.861
Enel BR II	-	121.367	-	-	-	3.089	-	-	-	-	124.456
Enel BR III	-	80.841	-	-	-	1.555	-	-	-	-	82.396
Enel BR IV	-	353.957	-	-	-	3.161	-	-	-	-	357.118
Total - Empréstimos com partes	-	657.325	-	-	-	10.506	-	-	-	-	667.831
Debêntures:											
Debêntures - 23ª emissão	1.426.401	-	-	(62.416)	-	38.118	-	-	485	-	1.402.588
Debêntures - 24ª emissão	1.595.040	-	-	-	21.814	28.078	1.175	-	1.216	-	1.647.323
Debêntures - 25ª emissão	729.550	-	-	-	18.013	8.397	(7.952)	-	705	-	748.713
Debêntures - 26ª Emissão	586.795	-	-	-	-	16.661	-	-	(71)	-	603.385
Total - Debêntures	4.337.786	-	-	(62.416)	39.827	91.254	(6.777)	-	2.335	-	4.402.009
Notas Promissórias											
Notas Promissórias - 7ª Emissão (1ª série)	10.197	-	-	-	-	271	-	-	-	-	10.468
Notas Promissórias - 7ª Emissão (2ª série)	10.197	-	-	-	-	270	-	-	-	-	10.467
Notas Promissórias - 7ª Emissão (3ª série)	310.334	-	-	-	-	8.250	-	-	18	-	318.602
Total - Notas Promissórias	330.728	-	-	-	-	8.791	-	-	18	-	339.537
Total da dívida	6.878.156	657.325	(3.656)	(75.089)	39.833	126.409	(10.541)	(282.698)	2.353	511	7.332.603

14.7 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento do seguinte índice financeiro:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido (*) em relação ao LAJIDA (EBITDA) ajustado (**) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.
- (*) Endividamento líquido: Considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.
- (**) LAJIDA (EBITDA) ajustado – Significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Resultado do serviço (lucro bruto); (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com entidade de previdência privada; (iv) ajustes de ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para processos judiciais e outros, líquida; (vi) perda esperada com créditos de liquidação duvidosa; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (Viii) *impairment* de ativos e direitos.

Em 31 de março de 2022, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima. O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida

15. Obrigações por arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o mesmo é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: (i) Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos – IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar – Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento – Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação – Nota Explicativa.

A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2022	31.12.2021	Vencimento máximo	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
Obrigação por arrendamento						
Veículos e outros meios de transporte	88.629	102.370	01/02/2027	34	Mensal	de 4,65% a.a até 11,32% a.a
Ativos de tecnologia	2.879	3.284	31/05/2022	2	Mensal	6,57% a.a
Imóveis	137.159	171.255	05/12/2031	24	Mensal	de 0,00% a.a até 13,39% a.a
Terrenos	2.642	3.153	01/01/2024	21	Mensal	de 7,82% a.a até 10,32% a.a
Total - Obrigação por arrendamento	231.309	280.062		80		
Circulante	46.326	50.327				
Não circulante	184.983	229.735				
	231.309	280.062				

Em 31 de março de 2022, as parcelas relativas as obrigações por arrendamento têm os seguintes vencimentos:

	31.03.2022		Total
	Principal	Juros	
Até um ano - 2022	54.671	(8.345)	46.326
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	196.155	(11.172)	184.983
Até 2 anos - 2023	39.021	(5.196)	33.825
Até 3 anos - 2024	30.945	(3.312)	27.633
2025 em diante	126.189	(2.664)	123.525
Total circulante e não circulante	250.826	(19.517)	231.309

A seguir é demonstrada a movimentação dos ativos de direito de uso (imobilizado arrendado) e das obrigações por arrendamentos:

Ativos de direito de uso

	Imóveis	Ativos de tecnologia	Veículos e outros meios de transporte	Terrenos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	72.853	12.630	89.519	3.963	178.965
Remensuração	530	-	-	-	530
Amortizações	(4.094)	(5.982)	(4.788)	(344)	(15.208)
Saldo em 31 de março de 2021	69.289	6.648	84.731	3.619	164.287
Saldo em 31 de dezembro de 2021	161.138	2.375	97.248	2.588	263.349
Remensuração	(26.393)	-	-	-	(26.393)
Amortizações	(5.848)	(1.424)	(9.529)	(344)	(17.145)
Saldo em 31 de março de 2022	128.897	951	87.719	2.244	219.811

Obrigações por arrendamentos

Saldo inicial 31.12.2021	Efeito não caixa		Efeito caixa		Saldo final 31.03.2022
	Remensuração	Encargos provisionados	Atividade de financiamento Amortização de principal	Atividade operacional Pagamento de juros	
280.062	(33.553)	3.475	(14.321)	(4.354)	231.309
280.062	-	33.553	(14.321)	(4.354)	231.309

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldo inicial 31.12.2020	Efeito não caixa		Efeito caixa		Saldo final 31.03.2021
	Remensuração	Encargos provisionados	Atividade de financiamento Amortização de principal	Atividade operacional Pagamento de juros	
209.974	530	4.349	(19.986)	(4.349)	190.518
209.974	530	4.349	(19.986)	(4.349)	190.518

16. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. Está previsto em seu acordo coletivo o programa de incentivo à aposentadoria (PIA), cujo benefício é o pagamento da multa do FGTS na aposentadoria para os colaboradores elegíveis que aderirem ao programa.

O total de obrigações com benefícios pós-emprego está demonstrado a seguir:

	31.03.2022	31.12.2021
<u>Previdência privada</u>		
Obrigação registrada com previdência privada	6.493.072	6.569.132
<u>FGTS PIA (multa FGTS na aposentadoria)</u>		
Valor presente das obrigações atuariais	101.019	97.374
Obrigação registrada com pagamento da multa do FGTS na aposentadoria	101.019	97.374
Total obrigações com benefícios pós-emprego	6.594.091	6.666.506
Circulante	11.834	11.834
Não circulante	6.582.257	6.654.672
Total	6.594.091	6.666.506

16.1 Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão

A Fundação Cesp ("Vivest") é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. A Fundação Cesp ("Vivest") administra, atualmente, três planos, um plano de Benefício Definido e Contribuição Variável (PSAP), e dois planos de Contribuição Definida (Plano CD I e Plano CDII).

A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano PSAP em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição variável. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em 2 de maio de 2019 (com vigência a partir de 1ª de junho de 2019) foi aprovado o fechamento do plano PSAP para entrada de novos participantes, porém os que já eram participantes continuaram com as mesmas condições anteriores. Em contrapartida, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), a abertura do novo plano de Contribuição Definida para adesão dos novos colaboradores – Plano CD I.

Encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de Benefício Definido - BD

Em 13 de abril de 2020 (com vigência a partir de maio de 2020) foi aprovada a alteração regulamentar do Plano PSAP para o encerramento (saldamento) das contribuições

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

previdenciárias de participantes e de patrocinadora, o que resultou no cálculo proporcional do benefício programado dos participantes ativos não elegíveis até a data-base do saldamento, com a cessação das contribuições normais correspondentes. Foram mantidas as contribuições destinadas à taxa de administração e amortização de eventual déficit.

Adicionalmente, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), processo de migração voluntária para um novo plano de Contribuição Definida – Plano CD II, exclusivo para adesão dos colaboradores que já efetuavam contribuições no plano PSAP. A migração consiste na transferência de participantes e assistidos de um plano de benefícios para outro, bem como na mutação de uma reserva matemática coletiva para uma reserva individual, com opções de renda programada em vez de renda vitalícia, eliminando-se, assim, riscos atuariais futuros.

Em 31 de dezembro de 2020 foi concluído o processo de migração voluntária do plano PSAP para o plano CD II.

Em 26 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a retirada de patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo (“PSAP/Eletropaulo”), conforme previsto nos termos do artigo 25 da Lei Complementar nº 109/01, devidamente regulado pela Resolução CNPC nº 11/2013. O PSAP continuará operando normalmente até a autorização do processo de retirada pela PREVIC, quando serão suspensos os pagamentos e as contribuições de benefícios. Com a aprovação e dentro do prazo regulamentar, os participantes e assistidos terão direito a receber os valores individuais calculados pela Fundação Cesp (“Vivest”) ou transferir esses valores para outro plano de previdência ou adotar uma combinação destas alternativas (receber e transferir parte dos valores), de acordo com a legislação vigente. Os impactos contábeis oriundos dessa operação, serão conhecidos e registrados oportunamente, na forma da legislação aplicável.

16.1.1 Contratos com a FUNCESP

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Fundação Cesp (“Vivest”) a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e de ajustes de reserva matemática. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo considera o saldo do contrato de dívida atuarial que a empresa assinou junto da Fundação Cesp (“Vivest”) para o equacionamento de déficits dos planos em conformidade com a legislação. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado com auxílio de atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis:

	31.03.2022	31.12.2021
Confissão de dívida IIa	416.693	417.394
Confissão de dívida IIb	216.290	216.654
Contrato de ajustes de reserva matemática	6.018.489	4.255.627
Total dos contratos	6.651.472	4.889.675
Diferença entre premissas	(158.400)	1.679.459
Total registrado	6.493.072	6.569.134

Detalhes referentes aos contratos com a Vivest podem ser verificados na nota explicativa 16.1.1. das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

16.2 Benefício de pagamento de multa do FGTS - Programa de incentivo à aposentadoria (PIA)

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA assegurando o pagamento de importância equivalente a 40% do saldo do fundo de garantia por tempo de serviço, acrescida do valor equivalente ao aviso prévio do empregado e demais benefícios, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que aderirem ao PIA e solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O programa de incentivo à aposentadoria (PIA) está previsto no acordo coletivo de trabalho vigente (até 2022), e vem sendo praticado pela Companhia desde 2010. Cabe destacar que o oferecimento do programa aos colaboradores ocorre anualmente (conforme previsto em acordo coletivo vigente) e as regras de elegibilidade, benefícios e pagamento da multa de 40% do FGTS na aposentadoria aos elegíveis estão previstas em acordo coletivo.

16.3 Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

(a) A movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	31.03.2022	31.03.2021
Saldo inicial	6.666.506	6.697.152
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	1.482	1.773
Juros líquidos conforme laudo atuarial	148.487	117.182
Pagamento de contribuições BD e FGTS	(222.384)	(134.892)
Transferência para dívida financeira	-	(30.046)
Saldo final	6.594.091	6.651.169

(b) Despesas reconhecidas no resultado do período:

(e) Despesas reconhecidas no resultado dos trimestres:

	31.03.2022	31.03.2021
Capitalização para infraestrutura em construção	(390)	(266)
Outras contribuições - Contribuição definida	1.924	1.854
Custo do serviço líquido	1.534	1.588
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego	331.134	252.530
Rendimento esperado dos ativos do plano	(182.647)	(135.348)
Juros líquidos sobre o passivo	148.487	117.182
Total das Receitas nos períodos:	150.021	118.770

17. Provisões para processos judiciais e outros riscos

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas e julgamentos: A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas pelo menos trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Depósitos Vinculados: A Companhia classifica os saldos de depósitos vinculados como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócio da Companhia, tem o objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Esses recebíveis não têm componentes financeiros significativos (juros) incluídos no fluxo de caixa do ativo, sendo corrigidos pela TR (taxa referencial) mais juros entre 3% a 6% ao ano (processos trabalhistas), pela taxa Selic (processos fiscais), pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) ou pelo índice da Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo (processos cíveis). Pela natureza deste ativo, a Companhia não pode realizar o resgate, venda, desconto em instituições financeiras ou securitização.

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados a cauções e depósitos vinculados são classificados como custo amortizado, estando, portanto, sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros.

Os cauções e depósitos vinculados, estão depositados em instituições que a Companhia avalia de baixo risco. Não há histórico de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui cauções e depósitos vinculados. Desse modo, no exercício findo em 31 de março de 2022 não foi registrada nenhuma perda esperada associada aos ativos sob a rubrica cauções e depósitos judiciais, e os mesmos são objeto de monitoramento contínuo pela Companhia.

Depósitos por tipo de prognóstico de perda	31.03.2022	31.12.2021
Depósitos judiciais - processos prováveis	298.830	296.583
Depósitos judiciais - processos possíveis	535.091	523.312
Depósitos judiciais - processos remotos	29.221	32.077
	863.142	851.972

17.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Passivo					Ativo		
	Saldo inicial 31.12.2021	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.03.2022	Depósitos vinculados 31.03.2022	Depósitos vinculados 31.12.2021
Processos trabalhistas (a)	303.668	6.467	3.304	(7.940)	(3.665)	301.834	115.514	116.401
Processos cíveis (b)	257.315	25.555	13.909	(6.811)	(9.263)	280.705	10.578	10.709
Processos regulatórios (c)	131.168	-	2.711	-	-	133.879	-	-
Processos fiscais (d)								
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (d.1)	159.535	-	3.048	-	-	162.583	171.545	168.758
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (d.2)	176.245	-	3.219	-	6.143	185.607	-	-
Outros processos fiscais (d.3)	4.410	75	54	(4)	-	4.535	1.193	715
Processos ambientais (e)	5.126	158	103	(157)	-	5.230	-	-
Outros processos	8.751	-	4	-	-	8.755	-	-
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	1.046.218	32.255	26.352	(14.912)	(6.785)	1.083.128	298.830	296.583
Outras provisões (f)	34.417	-	-	-	-	34.417	-	-
Total	1.080.635	32.255	26.352	(14.912)	(6.785)	1.117.545		
Circulante	186.090					199.557		
Não circulante	894.545					917.988		
Total	1.080.635					1.117.545		

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Passivo					Ativo		
	Saldo inicial 31.12.2020	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.03.2021	Depósitos vinculados 31.03.2021	Depósitos vinculados 31.12.2020
Processos trabalhistas (a)	325.989	15.404	4.837	(19.841)	(3.823)	322.566	137.285	139.049
Processos cíveis (b)	241.378	21.700	7.931	(4.935)	(9.673)	256.401	10.748	7.352
Autos de infração - Fundação Procon (b1)	31.463	8.129	3.186	-	(25.715)	17.063	-	-
Multa de trânsito (b2)	55.284	-	5.931	-	-	61.215	-	-
Multas posturais (b3)	20.797	981	815	(78)	(10.314)	12.201	-	-
Processos cíveis (b4)	133.834	12.590	(2.001)	(4.857)	26.356	165.922	10.748	6.643
Processos regulatórios (c)	129.612	-	797	-	(3.663)	126.746	-	-
Processos fiscais (d)								
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (d.1)	145.211	293	3.640	-	-	149.144	156.918	152.741
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (d.2)	71.328	-	154	-	-	71.482	-	-
Outros processos fiscais (d.3)	3.990	-	43	-	-	4.033	563	561
Processos ambientais (e)	4.721	364	95	(364)	-	4.816	-	-
Outros processos	8.744	54	1	(54)	-	8.745	-	-
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	930.973	37.815	17.498	(25.194)	(17.159)	943.933	305.514	299.703
Outras provisões (f)	-	92.289	-	(4.432)	-	87.857	-	-
Total - Provisões para processos judiciais e outr	930.973	130.104	17.498	(29.626)	(17.159)	1.031.790		
Circulante	168.917					193.528		
Não circulante	762.056					838.262		
Total	930.973					1.031.790		

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos.

a) Processos trabalhistas:

A Companhia mantém provisão para 831 processos (842 em 31 de dezembro de 2021), compostos por processos de natureza trabalhista, previdenciária e ações de complementação de aposentadoria que tramitam na Justiça Comum, pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria, entre outros.

b) Processos cíveis:

A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a (i) autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.

c) Processos regulatórios:

A Companhia possui 9 autos de infração (9 em 31 de dezembro de 2021) relacionados à supostas não conformidades, sendo 4 discutidos no âmbito administrativo junto à ANEEL e 5 no âmbito judicial.

c.1) Processos regulatórios em fase judicial:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 0063/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2012)	Exigibilidade Suspensa por liminar.	20.200	9.573
nº 0064/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2015)	Exigibilidade Suspensa por liminar.	15.446	7.004
nº 0015/TN170	Maio de 2000	Inclusão de valores do poder público na provisão de créditos de liquidação duvidosa - PCLD	Julho de 2012 - Desfavorável em 2ª Instância	29.292	-
nº 0014/2015	Setembro de 2015	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2014)	Outubro de 2019 - Desfavorável em 1ª Instância	3.787	32.239
nº 0001/2016	Janeiro de 2016	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2013)	Decisão em primeira instância desfavorável.	18.476	52.307
Total				87.201	101.123

A Companhia mantém contratada carta fiança para o auto 015/TN170, e seguro garantia para os autos 014/2015 e 001/2016. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos até 2025.

Com relação ao AI nº 0063/2017, em despacho emitido em 31 de março de 2020, a Aneel decidiu por não dar provimento ao recurso administrativo interposto pela Companhia e manteve a aplicação de multa avaliada em R\$ 20.200. A Companhia ajuizou ação, tendo a liminar sido deferida em maio de 2020, sobre o pedido de antecipação de tutela para suspender a exigibilidade das penalidades aplicadas e determinações decorrentes.

Com relação ao AI nº 0064/2017, com o encerramento do processo no âmbito administrativo, foi efetuado um pagamento parcial R\$ 5.849 no mês de setembro de 2020, e ajuizada ação com o objetivo de ver anulada a multa administrativa aplicada pela ANEEL decorrente de não conformidade, com a consequente suspensão no cumprimento da determinação decorrente de tal penalidade. No dia 29 de setembro de 2020 foi deferida liminar suspendendo a exigibilidade da multa administrativa, bem como o cumprimento da determinação a ela referente e, por consequência, determinado que a ANEEL se abstenha de inscrever a Companhia no sistema de inadimplentes da ANEEL, no CADIN e em dívida ativa.

AI nº 001/2016 – Em agosto de 2018, a Companhia ajuizou ação objetivando a integral anulação do Auto de Infração 001/2016, em razão de vícios de nulidade no procedimento sancionatório movido pela ANEEL. Em 08 de outubro de 2021 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos formulados pela Companhia e revogando a liminar anteriormente concedida que suspendia a exigibilidade do cumprimento das determinações impostas, bem como o pagamento da multa aplicada, no valor estimado de R\$ 69.862. Em sede de recurso de apelação foram reestabelecidos os efeitos da liminar. Aguarda-se o julgamento do mérito do recurso.

O montante de R\$ 101.123 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída.

c.2) Processos regulatórios em fase administrativa:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 1008/2018	Dezembro de 2018	Irregularidade do tratamento as manifestações de consumidores por meio de centrais de teleatendimento e ouvidoria.	Aguardando decisão	18.869	-
nº 0006/2019	Agosto de 2019	Verificação de cumprimento de determinação no processo de Nível de Tensão 2009 e 2010	Aguardando decisão	3.264	-
nº 0010/2019	Novembro de 2019	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados aos consumidores, provocado por curto circuito de longa duração.	Aguardando decisão	12.283	2.641
nº 0001/2020	Março de 2020	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados a linha de transmissão aérea, envolvendo uma queda do pinheiro na linha entre as subestações sul e bandeirantes.	Aguardando decisão	11.715	2.992
Outros				548	-
Total				46.679	5.633

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos em até 2 anos. O montante de R\$ 5.633 é classificado como probabilidade de perda possível, conseqüentemente nenhuma provisão foi constituída.

d) Processos fiscais:

d.1) PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia discutia judicialmente a inconstitucionalidade do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras. Foram proferidas decisões desfavoráveis em 1ª e 2ª instâncias e a Companhia interpôs recursos especial e extraordinário, que permanecem sobrestados até o julgamento de recurso representativo da controvérsia pelo Supremo Tribunal Federal – Federal (“STF”). Em 10 de dezembro de 2020, o STF julgou o tema, no sentido da constitucionalidade do referido Decreto. A decisão proferida pelo STF, será replicada em todos os processos de mesma matéria, no território nacional. Para obter a suspensão da exigibilidade do débito, a Companhia depositou em juízo, mensalmente, os valores em discussão até setembro de 2021 (competência julho de 2021), momento em que, apresentou em juízo manifestação com o pedido de desistência da ação e conversão em renda dos depósitos em favor da União Federal. Em novembro de 2021, a desistência foi homologada e o Juiz determinou que fossem apresentados os relatórios dos depósitos judiciais efetuados para possibilitar a conversão em renda. Em 31 de março de 2022, a Companhia aguarda a aprovação da conversão em renda dos valores depositados.

d.2) IRPJ e CSLL sobre juros moratórios: A Companhia discute judicialmente a incidência de IRPJ e CSLL sobre receitas auferidas a título de juros moratórios, em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros. Em março de 2012, foi proferida decisão favorável em 1ª instância e aguarda-se julgamento em 2ª instância do recurso apresentado pela Fazenda Nacional. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima-se que esse processo será concluído nos próximos 5 anos. Os débitos em discussão estão suspensos, em razão de liminar concedida pelo Juiz de 1ª instância.

d.3) Outros processos fiscais: Processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destacam os casos de IPTU e taxas, principalmente de fiscalização e funcionamento de estabelecimentos. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.

e) Processos ambientais:

Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Dentre esses processos, destacam-se as demandas relacionadas a solo e água subterrânea as quais, em sua maioria, encontram-se em fase de investigações, estudos, remediação e monitoramento para encerramento perante os órgãos ambientais, tais como as Estações transformadoras de distribuição e alguns imóveis, bem como o processo judicial Represa de Guarapiranga descrito a seguir:

e.1) Represa Guarapiranga: Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as rés, solidariamente, ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer: (i) regularização de construções em áreas denominadas de “segunda categoria” e, (ii) demolição total das obras e construções situadas na área denominada de “primeira categoria”, com o plantio de árvores em lugares determinados em perícia. A decisão determina ainda o pagamento de indenização ou, alternativamente, a implantação de um projeto ambiental. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à 1ª instância e teve início a execução. A Companhia segue em tratativas com o Ministério Público e com a Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI), parte integrante da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(SVMA), para a implementação de um projeto ambiental (restauração ecológica) nos Parques Municipais Jaceguava e Itaim.

f) Outras provisões

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

A partir do exercício corrente a Companhia inicia o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado, este processo deve perdurar até o exercício a findar em 31 de dezembro de 2024, período pelo qual a provisão constituída será integralmente realizada.

17.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Valor estimado da contingência	
	31.03.2022	31.12.2021
<u>Processos cíveis</u>	804.733	792.502
Processos cíveis diversos	804.733	792.502
Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais	Não	Não
Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal	Não	Não
Uso da faixa de domínio de rodovias	Não	Não
Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias	Não	Não
Ação civil pública - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC	Não	Não
<u>Processos regulatórios</u>	1.888.329	1.794.861
Devolução tarifária - Base Blindada	1.358.655	1.287.962
Ação Anulatória - AI 122/2012 - Base de Remuneração Regulatória (BRR)	192.351	190.117
Autos de Infração - Indicadores de continuidade	102.470	101.123
Ação Anulatória - AI 008/2012 - Ativo imobilizado em serviço (AIS/2010)	95.263	94.187
Autuações PECLD - Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	91.878	89.654
Outros processos regulatórios	47.712	31.818

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Processos fiscais</u>	3.675.785	3.609.819
CSLL - base negativa	157.204	155.845
Execuções fiscais municipais - diversas	110.382	96.004
PIS - Estatuto da decadência	247.056	245.748
COFINS - anistia	164.410	163.630
COFINS - Multa de Ofício	70.786	70.786
Autos de infração de ICMS - Estornos de débitos	195.500	193.886
Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão	176.931	175.568
PIS - Decretos-Lei nos 2.445/1988 e 2.449/1988	671.789	667.059
FINSOCIAL	232.880	230.448
PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	164.500	162.568
Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado	157.574	156.002
Contribuição para o custeio da iluminação pública - COSIP - São Paulo/SP - 2011 a 2015	192.991	181.192
Multa Isolada - PIS Compensações - Créditos Remanescentes	72.714	71.397
Autos de infração de PIS/COFINS - Glosa de créditos	257.217	252.169
Débitos de IUEE - Imposto único sobre energia elétrica	44.120	43.228
IRPJ/CSLL - Goodwill	707.382	692.614
Outros processos fiscais	52.349	51.675
<u>Processos trabalhistas (a)</u>	988.527	948.584
Ação Civil Pública – Terceirização	Não determinado	Não determinado
(a.1) Ações de periculosidade - Sede Barueri	142.244	139.733
Recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	117.590	116.665
Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) – execuções fiscais	60.027	65.116
Contribuição Previdenciária – SAT	46.264	11.381
Outros processos trabalhistas	622.402	615.689

Os processos não detalhados nas presentes informações financeiras intermediárias não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa no 17.2 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(a) Processos trabalhistas:

(a.1) Ações de periculosidade – Sede Barueri: Foram ajuizadas, no dia 5 de dezembro de 2016, 5 ações coletivas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo visando o pagamento de adicional de periculosidade para colaboradores da Companhia lotados na Sede Administrativa de Barueri no período em que um moto-gerador esteve instalado no topo do edifício (entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2016). Em 13 de agosto de 2020 foi proferida decisão favorável à empresa, pelo Tribunal Regional do Trabalho, reconhecendo que às instalações estão de acordo com a legislação trabalhista em vigor e, portanto, não ensejando o pagamento do adicional de periculosidade. Interposto Agravo Interno pelo Sindicato em 03 de setembro de 2021. O Tribunal Superior do Trabalho por unanimidade, em 24 de novembro de 2021, negou provimento ao recurso do Sindicato. Aguarda-se, agora, eventual recurso ao STF.

Caso sobrevenham eventuais decisões finais desfavoráveis nas ações acima mencionadas, a Companhia poderá ter que desembolsar o valor estimado atualizado para 31 de dezembro de 2021 de 139.733 (R\$ 129.653 em 31 de dezembro de 2020), o qual, dado o atual andamento dos processos, representa o cálculo da estimativa de liquidação dos pedidos formulados nas ações. Em 07/04/2021 transitou em julgado (decisão final) o processo mantendo a decisão favorável à empresa.

Caso tivéssemos eventuais decisões finais desfavoráveis nas ações acima mencionadas, a Companhia poderia ter que desembolsar o valor estimado atualizado para 31 de março de 2022 de 142.244 (R\$ 139.733 em 31 de dezembro de 2021), o qual, dado o atual andamento dos processos, representa o cálculo da estimativa de liquidação dos pedidos formulados nas ações.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos pelas distribuidoras por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	Nota	31.03.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Pesquisa e desenvolvimento	18.1	169.475	164.013
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	18.1	3.072	3.307
Ministério de Minas e Energia	18.1	1.536	1.653
Eficiência energética	18.1	283.032	278.526
Encargos do consumidor - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias		150.260	46.385
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		2.362	2.362
Outros encargos		62	62
Total		609.799	496.308
NÃO CIRCULANTE			
Pesquisa e desenvolvimento	18.1	112.030	102.319
Total		112.030	102.319

- 18.1 As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 23. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

19. Contas a pagar – Acordo Eletrobras

Em 9 de março de 2018, a Companhia celebrou acordo com a Eletrobras e seus advogados visando encerrar disputa judicial que envolvia a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”) e a Companhia, relativa ao saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal (ECF-1.046/1986), que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Companhia e a CTEEP atuais. Em 25 de abril e 10 de junho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado dos acordos com a Eletrobras e com os advogados, restando atendidas todas as condições para início dos pagamentos. As parcelas são atualizadas por CDI+1% a.a.

De acordo com o cronograma, a Companhia efetuou o pagamento da 3ª parcela em junho de 2021, no montante de R\$ 361.111, referente ao acordo firmado com a Eletrobras e com os advogados.

A seguir o cronograma de realização das parcelas:

Cronograma de pagamento	Parcela	Principal	Principal + correção
Junho de 2022	4ª - Eletrobras	300.000	385.183
Junho de 2023	5ª - Eletrobras	250.000	320.986
Junho de 2024	2ª - Advogados	50.000	52.524
			758.693

Os valores estão registrados a custo amortizado e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado. Não existem compromissos financeiros contratuais (*covenants*) relacionados ao acordo firmado.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 09 de setembro de 2021.

No primeiro processo, em 28 de fevereiro de 2019 a Companhia foi cientificada do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS, no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014.

No segundo processo, referente ao período de janeiro de 2015 em diante, a Companhia em 18 de março de 2020 foi cientificada do trânsito em julgado da decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Desse modo, em conformidade com a decisão definitiva, a Companhia a partir do recolhimento de março de 2020 passou a calcular os valores a recolher de PIS e de COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	Nota	31.03.2022	31.12.2021
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
<u>Ativo circulante</u>	8	941.371	814.140
<u>Ativo não circulante</u>	8	4.799.197	5.117.610
Total Ativo		5.740.568	5.931.750
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
<u>Passivo circulante</u>		1.018.186	814.140
<u>Passivo não circulante</u>		6.176.273	6.326.144
Total Passivo		7.194.459	7.140.284

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		31.03.2022	31.03.2021
Receita operacional bruta			
PIS/COFINS - consumidores a restituir	23	(127.376)	-
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	23	127.376	-
Receita financeira			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		178.282	18.513
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(178.282)	(18.513)
Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		-	-

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 31 de março de 2022 o total compensado de R\$ 1.484.594, sendo R\$ 245.358 durante o trimestre findo em 31 de março de 2022 (R\$ 180.871 no trimestre findo em 31 de março de 2021) e aguarda a definição da ANEEL acerca do mecanismo de repasse aos consumidores.

A seguir é apresentada movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31.12.2020	6.889.081	7.310.524
Adições	-	-
Atualização	18.513	18.513
Compensações	(180.871)	-
Saldo em 31.03.2021	6.726.723	7.329.037
Saldo em 31.12.2021	5.931.750	7.140.284
Atualização	54.176	-
Compensações	(245.358)	-
Saldo em 31.03.2022	5.740.568	7.140.284

21. Patrimônio líquido**21.1 Capital social**

O capital social autorizado é de R\$ 3.248.680 em ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado mediante a emissão de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021 o capital social da Companhia é de R\$ 3.079.525 totalmente subscrito e integralizado, dividido em 197.466.862 ações ordinárias (197.466.862 em março de 2021), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

21.2 Composição acionária

Acionista:	31.03.2022		31.12.2021	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
ENEL Brasil S.A	197.466.862	100,00	197.466.862	100,00
Total das ações ordinárias em poder dos acionistas	197.466.862	100,00	197.466.862	100,00

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.3 Reservas de capital

	Nota	31.03.2022	31.12.2021
Reserva especial - gerada por incorporações	9.3	2.267.883	2.267.883
Outras reservas de capital		547	547
Total		2.268.430	2.268.430

As reservas de capital seguem as definições do seu estatuto social e legislação societária brasileira. A reserva especial foi gerada pelas reorganizações societárias ocorridas em 2016 e 2019 – vide nota explicativa nº 9.3.

21.4 Ajustes de avaliação patrimonial / outros resultados abrangentes

Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pela mais valia dos ativos registradas em 1998 e 2007, pelas perdas atuariais líquidas do plano de pensão e FGTS e variação dos valores justos do *hedge* de fluxo de caixa.

A composição desses saldos é como segue:

	Nota	31.03.2022	31.12.2021
Ajuste de avaliação patrimonial		1.002.040	1.026.771
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	(340.694)	(349.103)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido		661.346	677.668
Outros resultados abrangentes - plano de pensão		(7.133.617)	(7.133.617)
Outros resultados abrangentes - FGTS PIA (multa 40%)		18.168	18.168
Outros resultados abrangentes - derivativo	31.1.1	(82.627)	(28.285)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.447.346	2.428.871
Outros resultados abrangentes, líquido		(4.750.730)	(4.714.863)
Total registrado no patrimônio líquido		(4.089.384)	(4.037.195)

22. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

22.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico/diluído

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021:

	31.03.2022	31.03.2021
Numerador:		
Lucro líquido do período	327.168	136.537
Denominador (em milhares de ações):		
Número de ações ordinárias	197.467	197.467
Lucro básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	1,65682	0,69144

Para cálculo do denominador comum, foi considerado o número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria.

Não houve movimentação de ações nos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receita operacional líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

23.1 Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica

Os serviços de distribuição de energia elétrica estão suportados pelos contratos de adesão (consumidores de baixa tensão) e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão. A medição é realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia e o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado mensalmente de acordo com esse calendário, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida no momento em que as faturas são emitidas, utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL. Com a finalidade de adequar o consumo ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa - vide nota explicativa nº 5.

23.2 Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD)

A Companhia reconhece a receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos) e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema (TUSD), a qual é definida pela ANEEL. Essa receita é constituída pela compensação dos custos relativos ao uso do sistema de distribuição que estão inseridos na TUSD.

A receita pela disponibilidade da rede elétrica é registrada de forma líquida das compensações pagas aos consumidores, relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Tais indicadores refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

23.3 Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação, de acordo com o montante de energia não distribuída no mês e comercializada no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica. A energia contratada e não distribuída pela Companhia é vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

23.4 Contratos de construção

A interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão (“ICPC 01”) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 e Interpretação Técnica ICPC 17 – Contrato de Concessão (“ICPC 17”), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica e (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo contratual é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

23.5 Aluguel de postes

Essa receita é originada dos compartilhamentos dos pontos de fixação na infraestrutura dos postes de distribuição de energia elétrica. A receita está suportada pelo contrato de compartilhamento de infraestrutura, cujos montantes são reconhecidos conforme o cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente e tarifa acordada entre as partes.

23.6 Outras receitas

A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, podendo ser inerentes ao serviço de distribuição, tais como serviços cobráveis, ou atividades acessórias, como arrecadação de convênios. O reconhecimento de receitas é registrado conforme contrato entre as partes e cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente, cujas tarifas podem ser acordadas entre as partes dependendo da natureza do serviço ou homologadas pela ANEEL.

23.7 Subvenção de recursos da CDE

Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE. O saldo a receber está contabilizado na rubrica "Repasse CDE – descontos na tarifa".

23.8 Ativo e passivo financeiro setorial

Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

23.9 Impostos sobre vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - O ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. As principais classes são tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial; e isento para a classe residencial com consumo até 90kv, 12% para consumo entre 91kv a 200kv e de 25% para consumo acima de 201kv;
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – Entre 2% a 5% incidente sobre a prestação de serviços onde o imposto é devido no estabelecimento prestador. Nos casos em que o

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

imposto é devido no local da execução, deverá se aplicar a alíquota correspondente no respectivo município.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Nota	31.03.2022			31.03.2021		
	Nº. unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Nº. unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	7.143.592	4.075.493	3.744.567	6.955.502	4.185.494	2.946.868
Industrial	24.725	487.076	421.407	25.087	520.571	338.592
Comercial	405.555	2.080.905	1.882.352	401.164	2.068.381	1.400.018
Rural	556	7.893	3.066	563	7.815	2.278
Poder público	15.679	266.304	208.285	15.704	238.643	139.728
Iluminação pública	2.465	123.967	73.864	2.585	184.526	74.535
Serviço público	1.379	93.792	72.589	1.373	89.961	50.976
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(2.517.567)	-	-	(2.408.192)
Subtotal - fornecimento	23.1	7.593.951	7.135.430	7.401.978	7.295.390	2.544.803
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Não faturado	23.1/23.2	-	-	128.583	-	123.535
PIS/COFINS consumidores a restituir	20	-	-	-	-	-
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	20	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	20	-	-	2.517.567	-	2.408.192
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	23.2	2.929	3.146.884	538.845	2.422	3.061.552
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	23.2	-	-	(20.962)	-	(25.230)
Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	23.3	-	272.135	6.368	-	416.309
Energia no MVE - Mecanismo de venda de excedente	-	-	-	7.192	-	-
Receita de construção	23.4	-	-	301.681	-	277.075
Aluguel de poste	23.5	-	-	41.623	-	40.102
Receitas com partes relacionadas	28.1	-	-	83	-	76
Outras receitas	23.6	-	-	11.989	-	7.924
Total receitas - originadas de contratos com clientes		7.596.880	10.554.449	7.421.532	7.404.400	10.773.252
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	23.7	-	-	134.355	-	122.740
Ativo e passivo financeiro setorial	11/23.8	-	-	690.347	-	502.784
Atualização do ativo financeiro da concessão	10.2	-	-	149.402	-	107.782
Total outras receitas				974.104		733.306
Receita operacional bruta		7.596.880	10.554.449	8.395.636	7.404.400	6.661.089
Deduções da receita operacional bruta						
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	-	(40.927)	-	(39.298)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	(948.578)	-	(653.878)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	-	(30.173)	-	(25.865)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	-	(969.974)	-	(100.421)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	-	(7.087)	-	(4.977)
ICMS	23.9	-	-	(1.298.786)	-	(1.032.509)
COFINS - corrente	23.9	-	-	(437.824)	-	(387.531)
PIS - corrente	23.9	-	-	(94.934)	-	(84.121)
ISS	23.9	-	-	(90)	-	(36)
Total das deduções da receita operacional bruta				(3.828.373)		(2.328.636)
Receita operacional líquida		7.596.880	10.554.449	4.567.263	7.404.400	4.332.453

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

24. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

	31.03.2022				
	Custos dos Serviços	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	(1.806.496)	-	-	-	(1.806.496)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(916.144)	-	-	-	(916.144)
Pessoal e administradores	(106.112)	-	(31.085)	-	(137.197)
Entidade de previdência privada	(1.201)	-	(333)	-	(1.534)
Serviços de terceiros	(185.036)	-	(65.936)	-	(250.972)
Material	(6.303)	-	2.383	-	(3.920)
Custo de construção	(301.681)	-	-	-	(301.681)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(63.406)	-	-	(63.406)
Perda de recebíveis de clientes	-	(49.005)	-	-	(49.005)
Provisão para processos judiciais e outros	(5.542)	-	(16.567)	-	(22.109)
Depreciação e amortização	(139.007)	-	(39.715)	-	(178.722)
Receita de multas por impontualidade de clientes	(1.875)	-	-	35.746	33.871
Outras receitas (despesas) operacionais	(48.276)	-	-	10.255	(38.021)
Total	(3.517.673)	(118.411)	(151.253)	46.001	(3.741.336)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2021				Total
	Custos dos Serviços	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Outras	
Energia elétrica comprada para revenda	(2.078.135)	-	-	-	(2.078.135)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(733.630)	-	-	-	(733.630)
Pessoal e Administradores	(242.445)	-	(25.301)	-	(267.746)
Entidade de previdência privada	(1.300)	-	(288)	-	(1.588)
Serviços de terceiros	(183.744)	-	(43.877)	-	(227.621)
Material	(13.576)	-	105	-	(13.471)
Custo de construção	(277.075)	-	-	-	(277.075)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(110.708)	-	-	(110.708)
Provisão para processos judiciais e outros	(4.888)	-	(8.027)	-	(12.915)
Depreciação e amortização	(131.120)	-	(30.577)	-	(161.697)
Receita de multas por impuntualidade de clientes	(2.627)	-	-	29.912	27.285
Outras receitas (despesas) operacionais	(75.609)	-	-	24.019	(51.590)
Total	(3.744.149)	(110.708)	(107.965)	53.931	(3.908.891)

25. Custo do serviço de energia elétrica

	Nota	MWh (*)		R\$	
		31.03.2022	31.03.2021	31.03.2022	31.03.2021
Energia elétrica comprada para revenda:					
Itaipu		1.846.959	1.912.756	(480.329)	(715.987)
ANGRA 1 e 2		346.954	364.703	-	(85.416)
Compra - CCEE		-	-	-	-
Compra - CCEAR		4.463.016	4.504.061	(1.408.839)	(1.006.706)
Quotas de garantia física / CCEAR - Partes relacionadas	29.1	48.707	49.997	(10.631)	(9.756)
Quotas de garantia física		2.518.035	2.496.922	-	(269.558)
Risco hidrológico		-	-	-	(140.174)
(-) Ressarcimento - leilões de energia		-	-	33.066	16.430
(-) Créditos de PIS/COFINS		-	-	169.919	199.102
Subtotal		9.223.671	9.328.439	(1.696.814)	(2.012.065)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA		153.614	154.220	(109.682)	(66.070)
Total		9.377.285	9.482.659	(1.806.496)	(2.078.135)

	Nota	31.03.2022	31.03.2021
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:			
Uso da rede básica		(429.637)	(427.401)
Uso da rede básica - partes relacionadas	29.1	(4.261)	(3.296)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	25.1	(494.035)	(279.504)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo		-	-
Transporte de energia - Furnas/Itaipu		(46.204)	(61.207)
Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER		-	-
Operador Nacional do Sistema - ONS		(8.663)	(8.025)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD		(3.182)	(2.979)
Conexão a Rede Básica - CTEEP		(23.543)	(25.960)
(-) Créditos de PIS/COFINS		93.381	74.742
Total		(916.144)	(733.630)

25.1 O alívio financeiro retroativo ocorre quando há sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Outras receitas e despesas operacionais

	Nota	31.03.2022	31.03.2021
Ganhos líquidos na alienação de bens e direitos		474	289
Arrendamentos e aluguéis		200	(4.222)
Arrendamentos e aluguéis - partes relacionadas	29.1	6.050	-
Seguros		(6.050)	(4.439)
Tributos		(8.419)	(6.940)
Doações, contribuições e patrocínios		(924)	(1.073)
Tarifa bancária		(13.728)	(14.491)
Publicidade		(350)	-
Perdas na desativação de bens e direitos		(4.606)	(2.264)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID		(5.848)	(6.305)
Baixa do ativo financeiro da concessão	10.2	(8.518)	(4.180)
Taxa de administração do plano - Funcesp		(3.210)	(2.679)
Despesas Indedutíveis		(535)	(575)
Multa de mora - 2% - faturas a receber em atraso		35.808	30.267
Penalidades - devoluções a consumidores		(688)	(2.014)
Multa de mora - pagamento de fornecedores		(1.937)	(2.981)
Taxa de contribuição CCEE		(863)	(895)
Outros		8.994	(1.803)
Total		(4.150)	(24.305)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Resultado financeiro

	Nota	31.03.2022	31.03.2021
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras		9.982	3.263
Atualização monetária sobre contas de energia elétrica em atraso	27.1	20.555	50.873
Subvenções governamentais		511	699
Atualização de créditos tributários	8.1	663	86
Atualização monetária dos depósitos judiciais		16.035	4.682
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial	11	51.699	1.667
Variação monetária Swap - Debêntures		17.146	20.977
Ajuste ao valor de mercado Swap - Derivativos e Debêntures		13.860	51.153
Juros Swap - Debêntures e empréstimos		-	3.162
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros		1.556	218
Outras receitas financeiras		5.686	6.410
(-) PIS e Cofins sobre receita financeira		(2.918)	(3.079)
Subtotal		134.775	140.111
Despesas financeiras			
Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures		(128.991)	(41.950)
Variação monetária - Debêntures		(39.827)	(20.976)
Juros Swap - Empréstimos Moeda Estrangeira		(42.770)	(2.300)
Juros sobre obrigações de arrendamento	15	(3.475)	(4.349)
Subvenções governamentais		(511)	(699)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética		(4.462)	(1.906)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	10.1	10.256	1.072
Cartas de fiança e seguros garantia		(10.092)	(7.819)
Atualização monetária de processos judiciais e outros		(28.205)	(21.894)
Atualização monetária - energia livre		(1.579)	(301)
Atualização acordo Eletrobras		(19.770)	(7.663)
Custo dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego	16	(148.487)	(117.182)
Comissão de fiança - partes relacionadas	29.1	(730)	(1.061)
Outras despesas financeiras		(37.496)	(14.775)
Variação monetária - Empréstimos		(6)	(56.642)
Ajuste ao valor de mercado - Derivativos		(11.087)	(56.384)
Subtotal		(467.232)	(354.829)
Variações cambiais, líquidas			
Variações cambiais - Empréstimos		282.698	(98.574)
Variações cambiais - Swap Empréstimos		(282.697)	98.575
Variações cambiais - outras		1.015	(320)
Subtotal		1.016	(319)
Total do resultado financeiro		(331.441)	(215.037)

27.1 Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e atualização financeira pelo índice IGP-M sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

28. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	31.03.2022		31.03.2021	
	IRPJ	CSSL	IRPJ	CSSL
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(75.397)	(27.849)	(5.799)	(2.160)
Diferidos	(47.112)	(16.960)	(47.079)	(16.950)
Total	(122.509)	(44.809)	(52.878)	(19.110)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	494.486	494.486	208.525	208.525
Adições:				
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Doações	1.038	1.038	38	38
Gratificação a administradores	474	474	259	259
Perdas indedutíveis no contas a receber	1.068	1.068	1.836	1.836
Perdas na baixa de bens e direitos	-	-	-	-
Multas indedutíveis	180	180	994	994
Despesas indedutíveis	535	535	574	574
Salário maternidade e paternidade	99	99	85	85
Total das adições	3.394	3.394	3.786	3.786
Base de cálculo	497.880	497.880	212.311	212.311
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(124.470)	(44.809)	(53.080)	(19.110)
Incentivos	2.250	-	196	-
Compensação de base de cálculo	6	-	6	-
IRPJ_CSSL sobre Selic dos indêbitos	(295)	-	-	-
Total da despesa com tributos	(122.509)	(44.809)	(52.878)	(19.110)
Alíquota efetiva	24,8%	9,1%	25,4%	9,2%

29. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021.

29.1 Partes relacionadas

Ativos e receitas:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Natureza da transação	Parte relacionada	Total estimado	Vigência	Ativo		Receita	
				31.03.2022	31.12.2021	01.01.2022 a 31.03.2022	01.01.2021 a 31.03.2021
COMISSÃO (PROPAGANDA/PUBLICIDADE/ VENDA EM FATURA DE ENERGIA)	ENEL X Brasil S.A.	Conforme demanda	Setembro de 2018 a setembro de 2021	790	749	83	76
Contrato MVE (Venda de energia excedente)	ENEL TRADING S.A.		Dezembro de 2021	-	2.590	-	-
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS EXPATRIADOS	ENEL CHILE			2.489	2.285	155	171
	ENEL SPA			324	324	-	-
	ENEL GLOBAL INFRASTRUCTURE AND NETWORKS S.R.L.			-	-	-	-
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS/INFRAESTRUTURA	COELCE CIA. ENERGÉTICA			7.015	6.376	-	-
	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.			4.328	4.290	-	-
	ENEL GREEN POWER PROJETOS I S.A.	Conforme critério regulatório de rateio	Fevereiro de 2024	752	750	-	-
	ENEL GREEN POWER BRASIL			-	-	-	-
	ENEL BRASIL			5.510	5.035	-	-
	ENEL FORTALEZA			485	483	-	-
	CELG DISTRIBUICAO S/A			9.460	8.429	-	-
	CENTRAIS ELETRICAS DE CACHOEIRA DOURADA			271	270	-	-
CIEN COMPANHIA DE INTERCONEXAO			1.480	1.476	-	-	
Outros créditos:				32.905	33.657	238	-
Total receita operacional - nota explicativa nº 23:							76
Pessoal e administradores:							171
Outras receitas e despesas operacionais - nota explicativa nº 25:							

Passivos e despesas:

Natureza da transação	Parte relacionada	Total estimado	Vigência	Passivo		Despesa	
				31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.03.2021
SUPRIMENTO DE ENERGIA - CCGF	ENEL GREEN POWER PARAMAPANEMA S.A.	9.153	Resolução Homologatória nº 2.318/2017 da ANEEL	317	321	(926)	(862)
	ENEL GREEN POWER MOURAO S.A.	2.622	Resolução Homologatória nº 2.318/2017 da ANEEL	91	92	(266)	(244)
	ENEL GREEN POWER PROJETOS I S.A.	64.072	Resolução Homologatória nº 2.318/2017 da ANEEL	2.442	2.470	(7.281)	-
	ENEL GREEN POWER VOLTA GRANDE S.A.	27.136	Resolução Homologatória nº 2.432/18 da ANEEL	-	-	-	(6.738)
SUPRIMENTO DE ENERGIA - CCEAP	ENEL GREEN POWER CABEÇA DE BOI S.A.	994	Até o final da concessão	130	143	(295)	(263)
	ENEL GREEN POWER CACHOEIRA DOURADA S.A.	13.120	Até o final da concessão	-	-	-	-
	ENEL GREEN POWER DA FAZENDA S.A.	648	Até o final da concessão	87	96	(198)	(176)
	ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU I EÓLICA S.A.	2.028	Até o final da concessão	269	310	(611)	(539)
	ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU II EÓLICA S.A.	1.872	Até o final da concessão	249	288	(567)	(500)
	ENEL GREEN POWER SALTO APIACAS S.A.	1.592	Até o final da concessão	214	236	(487)	(434)
ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO	ENEL CIEN S.A.	4.261	Até o final da concessão	1.425	1.302	(4.261)	(3.296)
COMISSÃO DE FIANÇA	ENEL BRASIL S.A.	0,20% sobre saldo dívida	Julho de 2019 a setembro de 2023	589	1.335	(730)	(1.061)
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E INFRAESTRUTURA	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.			4.989	4.989	-	-
	ENEL CIEN S.A.			237	206	-	-
	CELG DISTRIBUICAO S.A.			4.888	4.888	-	-
	ENEL BRASIL S.A.	Conforme critério regulatório de rateio	Fevereiro de 2024	26.532	20.675	-	-
	ENEL GREEN POWER CACHOEIRA DOURADA S.A.			155	155	-	-
	COELCE-CIA. ENERGÉTICA			514	514	-	-
EXPATRIADOS	ENEL GENERACION FORTALEZA S.A.			1.773	1.773	-	-
	ENEL GLOBAL IN E NETWORK	Conforme critério regulatório de rateio	Fevereiro de 2024	14.149	13.041	(3.894)	(2.251)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E DE GESTÃO (FEE + ICT)	ENEL CHILE S.A.			249	197	-	(47)
MÚTUO	ENEL BRASIL S.A.	453.738	Março de 2025	96.926	74.142	-	-
DIVIDENDOS	ENEL BRASIL S.A.	576.116		667.829	-	(10.505)	-
				576.116	576.116	-	-
Fornecedores - nota explicativa nº 12:							
Outras obrigações:							
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:							
Custo do serviço de energia elétrica - nota explicativa nº 24:				1.400.170	125.838	-	19.616
Empréstimos e financiamentos:							
Pessoal e administradores:							
Material:							
Serviços de terceiros:							
Outras receitas e despesas operacionais - nota explicativa nº 25:							
Resultado Financeiro nota explicativa nº 26:							(1.061)

Para os Contratos de Cotas de Garantia Física – CCGF, o total estimado considera o percentual de participação da Companhia definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.318/2017 para os anos de 2019 e 2020 e a receita anual de geração das usinas, homologados pela Resolução

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ANEEL nº 2.421/2018. Para os contratos de CCEAR o montante estimado considerou o volume e tarifas contratados para 2021.

Quanto ao Encargo de uso do sistema de transmissão (contrato nº 121/2002), o mesmo é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a ENEL CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS. Dessa forma, o total estimado informado considera o custo realizado para o trimestre findo em 31 de março de 2022.

Os contratos mencionados acima são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. As despesas líquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 162.000 ao ano. A contabilização, tanto da despesa quanto da receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem, que poderá ser pessoal, serviços de terceiros, material e outros. No entanto, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, por se tratar de compartilhamento de custos, os gastos encontram-se registrados nas rubricas das respectivas naturezas que os representam, contudo, não constam no resultado da Companhia como transações entre partes relacionadas.

O contrato de prestação de serviços técnicos e de gestão envolve serviços de fornecimento de apoio técnico e gerencial, para promover integração e padronização dos processos das empresas do grupo Enel no Brasil. O referido contrato possui preço total estimado de R\$ 155.504 para o prazo de 5 anos, a contar da data da anuência da ANEEL, que ocorreu em 20 de fevereiro de 2020, conforme os termos do Despacho nº 560.

As operações de mútuos foram contratadas conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio do despacho Nº 3.037/2018.

Outras partes relacionadasPassivo e despesa:

Natureza da transação	Parte relacionada	Passivo		Receita/Despesa	
		31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.03.2021
Plano de previdência	FUNCESP Integrante do Conselho Deliberativo	6.493.072	6.569.132	146.324	(117.182)
Empréstimo financeiro	FUNCESP Integrante do Conselho Deliberativo	-	764.944	-	-
	Obrigações com benefícios pós-emprego - nota explicativa nº 16:	6.493.072	6.569.132	146.324	(117.182)
	Empréstimos, financiamentos e debêntures - nota explicativa nº 14:	-	764.944	-	-

29.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela remuneração da diretoria estatutária e do Conselho de Administração. Nos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021, a provisão para remuneração, reconhecida no resultado dos períodos, é como segue:

	31.03.2022	31.03.2021
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios/ bônus)	1.736	1.213
Total	1.736	1.213

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Seguros

No trimestre findo em 31 de março de 2022, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Bens segurados	Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2021	31/10/2022	R\$ 4.923.133	R\$ 6.569.700
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2021	31/10/2022	N/A	R\$ 112.814
-	Responsabilidade civil de administradores	10/11/2021	10/11/2022	N/A	R\$ 82.725
-	Riscos ambientais	31/10/2021	31/10/2022	N/A	R\$ 131.934
-	Frota	30/07/2021	30/07/2022	N/A	R\$ 1.000

(i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

31. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

31.1 Instrumentos financeiros

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

31.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	Categoria	31.03.2022		31.12.2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
ATIVO (Circulante e não circulante)					
	Caixa e equivalentes de caixa				
4	Custo amortizado	1.361.639	1.361.639	1.112.302	1.112.302
4	Investimentos de curto prazo				
	Valor justo por meio do resultado	3.001	3.001	2.968	2.968
	Operação com derivativo - Cash flow hedge				
	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-	46.092	46.092
	Operação com derivativo - Fair value hedge				
	Valor justo por meio do resultado	105.871	105.871	79.024	79.024
	Consumidores, revendedores e outros				
5	Custo amortizado	3.503.431	3.503.431	3.317.386	3.317.386
6	Contas a receber - acordos				
	Custo amortizado	538.271	538.271	504.647	504.647
17	Depósitos vinculados				
	Custo amortizado	863.142	863.142	851.972	851.972
10.1	Ativo contratual (infraestrutura em construção)				
	Custo amortizado	1.048.953	1.048.953	1.050.779	1.050.779
10.2	Ativo financeiro da concessão				
	Valor justo por meio do resultado	6.621.635	6.621.635	6.317.532	6.317.532
11	Ativo financeiro setorial				
	Custo amortizado	3.984.840	3.984.840	3.448.879	3.448.879
	Total	18.030.783	18.030.783	16.731.581	16.731.581
PASSIVO (Circulante e não circulante)					
12	Fornecedores				
	Passivos financeiros pelo custo amortizado	2.042.912	2.042.912	3.074.669	3.074.669
14	Empréstimos, financiamentos e debêntures				
	Passivos financeiros pelo custo amortizado	5.376.934	5.052.820	4.977.157	4.602.431
14	Empréstimos, financiamentos e debêntures marcados a mercado				
	Valor justo por meio do resultado	1.955.669	1.995.149	1.900.999	1.941.882
	Operação com derivativo - Cash flow hedge				
	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	341.184	341.184	49.246	49.246
	Operação com derivativo - Fair value hedge				
	Valor justo por meio do resultado	54.339	54.339	35.437	35.437
19	Contas a pagar - acordo Eletrobras				
	Passivos financeiros pelo custo amortizado	758.693	758.693	738.922	738.922
15	Obrigações com arrendamento				
	Passivos financeiros pelo custo amortizado	231.309	231.309	280.062	280.062
	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar				
	Passivos financeiros pelo custo amortizado	576.116	576.116	576.116	576.116
11	Passivo financeiro setorial				
	Passivos financeiros pelo custo amortizado	2.383.954	2.383.954	1.665.139	1.665.139
	Total	13.721.110	13.436.476	13.297.747	12.963.904

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa são mensurados inicialmente pelo valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da contratação e curva da taxa DI mensal. Investimento de curto prazo são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa DI, conforme definido em sua data de contratação. O fundo de investimento é marcado a mercado mensalmente com base na variação dos preços das cotas de investimentos classificadas como renda fixa – curto prazo, indexados à taxa CDI/SELIC. De acordo com o seu regulamento, o fundo de investimento poderá investir até 95% em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa - curto prazo e até 5% em Títulos Públicos Federais.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, não é esperada alterações significativas entre o valor contábil e o valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado, pois não é esperada alterações significativas entre o valor contábil e o valor justo.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações de proteção de exposição ao risco de variação de taxa flutuante das debêntures e proteção à variação cambial dos empréstimos captados no exterior (operações 4131), que resultam de posições passivas vinculadas à variação do IPCA e a variação cambial do dólar. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) *hedge* de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda e (ii) *hedge* de valor justo para a operação de troca de taxa flutuante e taxa fixa para flutuante (*swap* de IPCA para CDI e taxa fixa para CDI). São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”. A parcela não efetiva do *hedge* é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e variação cambial. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "despesas financeiras".

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

Os contratos em aberto em 31 de março de 2022 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Vencimento	Tipo	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Bradesco	26/06/2019	15/05/2026	Fair value hedge	IPCA	CDI	800.000
BNP II	09/03/2021	11/03/2024	Cash flow hedge	Dólar	CDI	250.000
Itáú	30/04/2021	15/04/2031	Fair value hedge	IPCA	CDI	720.000
BNP III	19/04/2021	19/04/2024	Cash flow hedge	Dólar	CDI	475.000
Scotiabank II	17/05/2021	20/05/2025	Cash flow hedge	Dólar	CDI	209.000
BNP IV	30/06/2021	28/06/2024	Fair value hedge	Taxa fixa	CDI	290.000
Scotiabank III	27/08/2021	27/08/2026	Cash flow hedge	Dólar	CDI	300.000
MUFG	09/09/2021	09/09/2024	Cash flow hedge	Dólar	CDI	200.000
Scotiabank IV	09/09/2021	09/09/2025	Cash flow hedge	Dólar	CDI	400.000

Os valores das curvas e de mercado dos contratos de derivativo (*swap*) em 31 de março de 2022 estão detalhados a seguir:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contraparte	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Outros resultados abrangentes	Resultado
Bradesco	142.696	87.037	-	(55.659)
BNP II	(42.548)	(49.910)	(7.362)	-
Itáú	54.340	(14.372)	-	(68.712)
BNP III	(95.484)	(110.172)	(14.688)	-
Scotiabank II	(28.369)	(38.107)	(9.738)	-
BNP IV	(1.473)	(21.133)	-	(19.660)
Scotiabank III	(38.063)	(57.982)	(19.919)	-
MUFG	(17.614)	(26.671)	(9.057)	-
Scotiabank IV	(36.480)	(58.342)	(21.862)	-
Total	(62.995)	(289.652)	(82.626)	(144.031)

	31.03.2022	31.12.2021
<u>Ativo circulante</u>	-	-
<u>Ativo não circulante</u>	105.871	125.116
Total Ativo	105.871	125.116
Operação com instrumento derivativo		
<u>Passivo circulante</u>	(67.033)	(40.459)
<u>Passivo não circulante</u>	(328.490)	(44.224)
Total Passivo	(395.523)	(84.683)
Total	(289.652)	40.433

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do *hedge* estão demonstrados a seguir:

Dívida	Taxa de juros contratual	Posição em
		31.03.2022
		Total
Debentures - 24ª Emissão (2ª série)	100% IPCA + 4,0134% a.a.	926.698
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	100% IPCA + 4,0134% a.a.	(902.378)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	100% CDI + 0,7200% a.a.	815.341
		839.661
BNP II 4131	USD + 1,71% a.a.	209.273
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,71% a.a.	(202.477)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,75% a.a.	252.387
		259.183
Itáú		
Debentures - 25ª Emissão	IPCA + 4,26% a.a.	748.712
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 4,26% a.a.	(755.047)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,93% a.a.	769.420
		763.085

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BNP III 4131	USD + 1,97% a.a.	400.752
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,97% a.a.	(389.276)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,98% a.a.	499.448
		510.924
Scotiabank II	USD + 2,31% a.a.	188.907
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,31% a.a.	(180.498)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,25% a.a.	218.605
		227.014
BNP IV 4131	FIXO: 8,41% a.a.	280.258
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	FIXO: 8,41% a.a.	(277.226)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,68% a.a.	298.359
		301.391
Scotiabank III	USD + 2,61% a.a.	265.135
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,61% a.a.	(254.511)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,63% a.a.	312.493
		323.117
MUFG	USD + 1,95% a.a.	183.910
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,95% a.a.	(176.566)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,28% a.a.	203.236
		210.580
Scotiabank IV	USD + 2,37% a.a.	366.595
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,37% a.a.	(350.290)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,39% a.a.	408.632
		424.937

A diferença entre o valor na curva (*accrua*) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 31 de março de 2022, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

31.1.2 Hierarquia do valor justo

	31.03.2022			31.12.2021				
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO (Circulante e não circulante)								
Caixa e equivalentes de caixa (CDBs e operações compromissadas)	-	-	-	-	-	-	-	
Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas)	3.001	-	3.001	2.968	-	2.968	-	
Ativo financeiro da concessão	1.048.953	-	1.048.953	1.050.779	-	-	1.050.779	
Operação com derivativo - <i>Cash flow hedge</i>	-	-	-	-	-	-	-	
Operação com derivativo - <i>Fair value hedge</i>	51.532	-	51.532	43.587	-	43.587	-	
Debêntures marcadas a mercado	1.995.149	-	1.995.149	1.900.999	-	1.900.999	-	
Total	3.098.635	-	2.049.682	1.048.953	2.998.333	-	1.947.554	

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A rubrica ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

31.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles internos e Gestão de Risco (SCIGR) definido no nível da *Holding* (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas, etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe um procedimento organizacional de gestão de riscos aplicável às empresas da América Latina, o qual complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities* , política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros) e política de mudanças climáticas

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, *compliance* , operacional, e 38 sub-categorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos:

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de *Holding* ; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de risco da Companhia considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e controles internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

linhas de defesa.

A área de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco de a Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão.

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber. O portfólio do Grupo demonstrou resiliência à crise global da pandemia. Tudo isso graças a um fortalecimento dos canais de cobrança digital e uma sólida diversificação de clientes comerciais que tiveram baixa exposição aos impactos do COVID-19.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de março de 2022 é:

	Nota	31.03.2022
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	1.361.639
Investimentos de curto prazo	b.1.1	3.001
Depósitos vinculados	b.1.1	863.142
Consumidores, revendedores e outros	b.1.2	3.503.431
Contas a receber - acordos	b.1.2	538.271
Ativo financeiro setorial	b.1.3	3.984.840
Ativo contratual	b.1.3	1.048.953
Ativo financeiro da concessão	b.1.3	6.621.635
Total da exposição		17.924.912

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Os depósitos vinculados são efetuados em bancos da união, conforme determinação do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. A Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito relacionado a tais depósitos.

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negatização de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva ("*Predictive Analytics*") possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(b.1.4) Operação com instrumento derivativo

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de *swap* vigentes, que é calculado individualmente por banco e por companhia.

(b.2) **Gerenciamento de capital**

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

Na tabela a seguir, está demonstrada a dívida líquida da Companhia:

	31.03.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	2.591.054	2.209.642
Debêntures	4.741.549	4.668.514
Operação com instrumento derivativo	289.652	(40.433)
Caixa e equivalentes de caixa	(1.361.639)	(1.112.302)
Investimentos de curto prazo	(3.001)	(2.968)
Dívida líquida	6.257.615	5.722.453
Patrimônio líquido	2.669.606	2.233.704
Dívida líquida / (Dívida líquida + patrimônio líquido)	70,10%	71,92%

Do endividamento financeiro total em 31 de março de 2022, 12,4% era de curto prazo (12,4% em 31 de dezembro de 2021) e o prazo médio era de 3,58 anos (3,58 anos em 31 de dezembro de 2021).

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para as rubricas de “empréstimos e financiamentos” e “debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa contratuais não descontados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 14. As informações refletidas na tabela a seguir incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 31 de março de 2022	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	2.042.912	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	4.961	16.454	752.227	2.012.011	(13.197)
Debêntures	57.031	56.092	975.424	3.485.064	1.597.026
Operações com instrumento derivativo	39.788	37.209	244.360	835.913	117.412
Obrigações por arrendamento	-	-	46.326	90.789	94.193
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	576.116	-	-
Total	2.144.692	109.755	2.594.453	6.423.777	1.795.434

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos, notas promissórias e debêntures, com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 31 de março de 2022, a Companhia estava em cumprimento de todos os termos dos *covenants* descritos na nota explicativa nº 14.7.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia possui empréstimos e debêntures relevantes remunerados pela variação do CDI, IPCA e TJLP. Para as operações em IPCA a Companhia realizou SWAPs de troca de IPCA + Spread para CDI + Spread. Conseqüentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação apenas dos índices de CDI e TJLP. Em 31 de março de 2022 as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs rentabilizados pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data-base de 31 de março de 2022 é:

	31.03.2022
Equivalentes de caixa	1.221.504
Investimentos de curto prazo	3.001
Empréstimos e financiamentos	(2.591.054)
Debêntures	(4.741.549)
Operação com derivativo	(289.652)
Total da exposição líquida	(6.397.750)

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas, aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2022, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base nas projeções de 31 de março de 2022 da B3 dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano, foi definido como o cenário provável e a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2022, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário. A projeção do cálculo considera a taxa de juros contratual: índice mais spread.

Aplicações financeiras	Taxa de juros	Posição em 31.03.2022	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Equivalentes de caixa	CDI	1.221.504	77.688	116.409	155.253	194.097	232.941
Investimentos de curto prazo	CDI	3.001	191	286	381	477	572
Subtotal		1.224.505	77.879	116.695	155.634	194.574	233.513

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dívidas	Taxa de juros contratual	Posição em 31.03.2022	Projeção despesas financeiras - 01 ano					
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
CDI								
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	111% do CDI	(1.402.590)	(94.512)	(139.677)	(163.558)	(226.229)	(267.753)	
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	CDI+0,80 a.a.	(720.625)	(50.008)	(71.228)	(31.899)	(112.050)	(131.707)	
DEBÊNTURES - 26ª EMISSÃO	CDI+1,64% a.a.	(603.384)	(46.627)	(64.283)	(81.483)	(98.250)	(114.606)	
7ª emissão de Notas Promissórias	CDI + 0,97% a.a.	(339.539)	(22.934)	(32.517)	(41.794)	(50.838)	(59.660)	
Mútuo Eletropaulo - Enel BR I	CDI + 1,48% a.a.	(103.861)	(2.554)	(3.537)	(4.495)	(5.429)	(6.341)	
Mútuo Eletropaulo - Enel BR II	CDI + 1,48% a.a.	(124.456)	(3.061)	(4.238)	(5.386)	(6.506)	(7.599)	
Mútuo Eletropaulo - Enel BR III	CDI + 1,48% a.a.	(82.396)	(2.026)	(2.806)	(3.566)	(4.307)	(5.031)	
Mútuo Eletropaulo - Enel BR IV	CDI + 1,20% a.a.	(357.117)	(10.627)	(14.878)	(19.022)	(23.064)	(27.009)	
TJLP								
FINEP 2	TJLP-1,00% a.a.	(28.395)	(728)	(1.234)	(1.732)	(2.223)	(2.706)	
Contrato de Swap								
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	100% do IPCA + 4,0134% a.a.	(926.698)	(76.005)	(94.921)	(113.489)	(131.723)	(149.634)	
Derivativo (sw ap) - Ponta Ativa	100% do IPCA + 4,0134% a.a.	902.378	72.920	91.068	108.882	126.376	143.560	
Derivativo (sw ap) - Ponta Passiva	100% do CDI + 0,72%	(815.341)	(55.454)	(79.259)	(102.448)	(125.054)	(147.106)	
BNP 4131 II	USD + 1,71% a.a.	(209.273)	147.581	66.350	7.028	(39.374)	(79.033)	
Derivativo (sw ap) - Ponta Ativa	USD + 1,71% a.a.	202.477	(142.788)	(64.195)	(6.800)	38.676	76.466	
Derivativo (sw ap) - Ponta Passiva	CDI + 0,75% a.a.	(252.387)	(17.241)	(24.610)	(31.789)	(38.786)	(45.613)	
BNP III 4131	USD + 1,97% a.a.	(400.752)	281.651	126.063	12.439	(77.589)	(152.401)	
Derivativo (sw ap) - Ponta Ativa	USD + 1,97% a.a.	389.276	(273.585)	(122.453)	(12.083)	75.367	148.037	
Derivativo (sw ap) - Ponta Passiva	CDI + 0,98% a.a.	(499.448)	(35.264)	(49.850)	(64.057)	(77.308)	(91.419)	
Scotiabank II 4131	USD + 2,31% a.a.	(168.907)	132.188	58.827	5.253	(37.196)	(72.470)	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,31% a.a.	160.498	-	-	(5.019)	35.541	-	
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,25% a.a.	(218.605)	(16.022)	(22.407)	(28.628)	(34.691)	(40.606)	
BNP IV 4131	FIXO: 8,41% a.a.	(280.258)	(22.707)	(22.707)	(22.707)	(22.707)	(22.707)	
Derivativo (sw ap) - Ponta Ativa	FIXO: 8,41% a.a.	277.226	22.462	22.462	22.462	22.462	22.462	
Derivativo (sw ap) - Ponta Passiva	CDI + 0,68% a.a.	(298.359)	(20.173)	(28.884)	(37.369)	(45.641)	(53.710)	
Debêntures - 25ª Emissão	100% do IPCA + 4,26%	(748.712)	(64.419)	(79.995)	(95.284)	(110.298)	(125.047)	
Derivativo Itaú (sw ap) - Ponta Ativa	100% do IPCA + 4,26% a.a.	755.047	62.814	78.003	92.911	107.551	121.933	
Derivativo Itaú (sw ap) - Ponta Passiva	100% do CDI + 0,93%	(769.420)	(53.943)	(76.411)	(98.298)	(119.634)	(140.448)	
Scotiabank III 4131	USD + 2,61% a.a.	(265.135)	184.798	81.809	6.598	(52.995)	(102.515)	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,61% a.a.	254.511	(177.393)	(78.531)	(6.333)	50.871	98.407	
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,63% a.a.	(312.493)	(24.081)	(33.212)	(42.106)	(50.777)	(59.235)	
MUFG 4131	USD + 1,95% a.a.	(183.910)	129.287	57.887	5.744	(35.570)	(69.902)	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,95% a.a.	176.566	(124.124)	(55.575)	(5.515)	34.150	67.110	
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,28% a.a.	(203.236)	(14.956)	(20.893)	(26.676)	(32.313)	(37.813)	
Scotiabank IV 4131	USD + 2,37% a.a.	(366.595)	256.324	113.951	9.979	(72.402)	(140.853)	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,37% a.a.	350.290	(244.924)	(108.883)	(9.535)	69.182	134.594	
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,33% a.a.	(408.632)	(30.518)	(42.455)	(54.083)	(65.419)	(78.477)	
Subtotal		(7.622.255)	(336.709)	(643.219)	(923.858)	(1.139.397)	(1.416.844)	
Total da exposição líquida		(6.397.750)	(258.830)	(526.524)	(768.224)	(944.823)	(1.183.331)	

(b.4.2) Risco de câmbio

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar.

A Companhia possui contratos de dívida em dólar cobertos por operações de *swap* para troca de indexadores do dólar para CDI, dessa forma, não tem risco de variação cambial. A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de março de 2022 (reais). Para mais detalhes vide nota 31.1.1.

Passivos em moeda estrangeira

Empréstimos e financiamento	1.614.571
Exposição patrimonial	1.614.571
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(1.553.618)
Exposição cambial total	60.953

31.03.2022

1.614.571

1.614.571

(1.553.618)

60.953

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Exposição às taxas de câmbio	31.03.2022	
	Moeda estrangeira	R\$
Fornecedores (Itaipu)	32.602	154.460
Passivo líquido exposto	32.602	154.460

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b.4.3) Risco de preço Regulação

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente podem afetar a tarifa de energia e conseqüentemente, a receita oriunda do fornecimento de energia da Companhia e ainda, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 29 de junho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2021, e aprovou reajuste positivo de +9,60%, composto por reajuste econômico de +11,41% e componente financeiro de -1,81%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +9,44% e apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	3,67%
Baixa Tensão	11,38%
Efeito Médio	9,44%

Vale destacar os componentes financeiros negativos relativos à: Pis/Cofins no valor de R\$ 1.100.000 e diferimento de Parcela B no valor de 280.000.

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2021 consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

A Companhia encerrou o ano de 2016 com um nível de contratação de 110,2%, sendo o risco de impacto acima do limite de 105% equivalente a R\$ 92.912 (valor atualizado de R\$ 117.275 em 31 de março de 2022) caso não venha a ser considerado como sobrecontratação involuntária pela ANEEL.

Existem dois principais fatores que contribuíram para a sobrecontratação no ano de 2016. O primeiro refere-se à participação no leilão A-1 no ambiente regulado (CCEAR) realizado em

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dezembro de 2015, no qual a Companhia compulsoriamente teve que repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Por força do Decreto nº 5.163, a Companhia teve que comprar no mínimo 96% do seu montante de reposição, mesmo tendo ressalvado em sua declaração a necessidade de volume inferior ao mínimo. Em 3 de agosto de 2016, foi publicado Decreto nº 8.828, alterando o Decreto nº 5.163, retirando a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Companhia em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

Outro fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, não foi útil, portanto, para reduzir o nível de contratação de 2016.

Diante dos fatores expostos anteriormente, a Companhia entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que a sobrecontratação advinda da compra compulsória em Leilão A-1 e da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores.

O reconhecimento da sobrecontratação involuntária referente ao leilão A-1 e a migração de consumidores especiais é suficiente para prover repasse tarifário integral dos custos de sobrecontratação.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 711 de 2016 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCS D de energia existente e de energia nova.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL deliberou o pleito de sobrecontratação involuntária das distribuidoras referente tanto ao leilão A-1 quanto à migração dos consumidores especiais. A decisão, de caráter geral, foi negar o pleito, com a ressalva de que as situações particulares de reconhecimento como sobrecontratação involuntária devem ser avaliadas pela ANEEL mediante comprovação do máximo esforço na redução da posição contratual.

No reajuste tarifário de 2020, de forma similar ao ocorrido quando da revisão tarifária de 2019 e 2018, a ANEEL manteve o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório, tendo em vista que ainda permanece avaliando o máximo esforço individualmente para cada distribuidora, conforme decisão de 25 de abril de 2017.

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias, porém sem levar em consideração o acima exposto quanto ao A-1/2015 e o máximo esforço que a Companhia tem enveredado para limitar o nível de contratação. Diante dessa decisão a Companhia entrou com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.923, de 13 de outubro de 2020.

O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela Agência Reguladora. Após o referido despacho, a Companhia atualizou o parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, mantendo o entendimento de que se trata de sobrecontratação involuntária.

32. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

32.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa foram as seguintes:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2022	31.03.2021
Compensações de tributos - IRPJ e CSLL	-	-
Compensações de Pis e Cofins (ICMS)	245.358	180.871
Doações de linhas e redes (Adição de ativos contratuais, financeiros e intangíveis)	10.528	-

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições de ativos intangíveis da concessão). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	2021	2020
Pagamento de juros apresentados nas atividades operacionais	165.402	159.985
Pagamento de juros apresentados nas atividades de investimento (juros capitalizados)	25.999	3.153
Pagamento de juros	191.401	163.138

33. Compromissos

A Companhia possui contratos de longo prazo, cujas informações mais detalhadas podem ser observadas na nota explicativa nº 33 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2021.

Os principais compromissos de longo prazo da Companhia são:

- contratos de compra de energia elétrica;
- contratos de uso do sistema de transmissão e de distribuição (CUST e CUSD);
- contratos de arrendamentos

Não houve alteração significativa nos compromissos de longo prazo no trimestre findo em 31 de março de 2021.

34. Eventos Subsequentes

Em 12 de abril de 2022 a Companhia fechou proposta para a 27ª emissão de debêntures simples, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R\$ 800.000, com desembolso para 12 de maio de 2022, a uma taxa de IPCA + 100% NTN-B30 (a ser formada em 04/05/2022) + 0,6% a.a. e vencimento em 15 de abril de 2032. Com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à exposição em índice de preço, foi contratado em 05 de abril de 2022, um SWAP com troca de IPCA + 100% NTN-B30 (a ser formada em 04/05/2022) + 0,6% a.a para CDI + 0,82% a.a. O swap tem início em 12 de maio de 2022 e vencimento em 15 de abril de 2032. A emissão de debêntures foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2022.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações
trimestrais - ITR
Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2022

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. NIRE 35300050274
CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes às informações trimestrais - ITR da Companhia relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2022

São Paulo, 28 de abril de 2022.

Diretores:

Max Xavier Lins

Diretor Presidente

Raffaele Enrico Grandi

Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Alain Rosolino

Diretor de Pessoas e Organização

Vicenzo Ruocolo

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Marcia Massotti de Carvalho

Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna

Diretora de Serviços

Janaina Savino Vilella Carro

Diretora de Comunicação

José Nunes de Almeida Neto

Diretor de Relações Institucionais

Anna Paula Hiotte Pacheco

Diretora de Regulação

Luiz Flavio Xavier de Sá

Diretor de Mercado

Vago

Diretoria de Compras

Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretor Jurídico

Fernando Andrade

Diretor de Engenharia e Construção

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. NIRE 35300050274
CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes às informações trimestrais - ITR da Companhia relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2022.

São Paulo, 28 de abril de 2022.

Diretores:

Max Xavier Lins

Diretor Presidente

Raffaele Enrico Grandi

Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Alain Rosolino

Diretor de Pessoas e Organização

Vicenzo Ruocolo

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Marcia Massotti de Carvalho

Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna

Diretora de Serviços

Janaina Savino Vilella Carro

Diretora de Comunicação

José Nunes de Almeida Neto

Diretor de Relações Institucionais

Anna Paula Hiotte Pacheco

Diretora de Regulação

Luiz Flavio Xavier de Sá

Diretor de Mercado

Vago

Diretoria de Compras

Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretor Jurídico

Fernando Andrade

Diretor de Engenharia e Construção